

II CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE DE ESTUDOS IBÉRICOS E IBERO-AMERICANOS (REIA-SRI/UFG)

I Encontro dos Programas de Pós-Graduação: Territórios e Expressões
Culturais no Cerrado (TECCER-UEG) e

Programa de Pós- Graduação Em História Da PUC- GO

18 e 19 de Outubro de 2023

ORGANIZADORES

Rita de Cássia de Oliveira Reis

Renata Cristina de Sousa Nascimento

Fernando Lobo Lemes

Alexandra Nogueira da Silva



GOIÂNIA
2026

II CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE DE ESTUDOS IBÉRICOS E IBERO-AMERICANOS (REIA-SRI/UFG)

I Encontro dos Programas de Pós-Graduação: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado
(TECCER-UEG) e Programa de Pós- Graduação Em História Da PUC- GO
18 e 19 de Outubro de 2023

ORGANIZAÇÃO GERAL

Rede de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos (REIA/UFG)
Secretaria de Relações Internacionais (SRI-UFG)
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Go)
Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG)
Grupo de Pesquisa Sacralidades Medievais (GPSM)
Grupo de Investigación sobre Antropología del Patrimonio (GRAP) -Universitat de
Barcelona -UB

COLABORAÇÃO/ APOIO

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)
Proyecto de Investigación Vida Cotidiana, Sacralidad y Arte en los Pueblos
de Indios de la Monarquía Hispana - Universidad de Granada
Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros na Catalunha (APEC- Barcelona)
Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (ADUFG)

EQUIPE DE ORGANIZAÇÃO

Docentes

Dr.Ademir Luiz Da Silva (TECCER/UEG)
Dr. Hugo Rincon Azevedo (PUC-GO)
Dra.Maria Cristina Nunes Ferreira Neto (PUC/GO)
Dra.Poliene Soares Do Santos Bicalho (TECCER/UEG)
Dra.Tháís Alves Marinho (PUC/GO)

Discentes

Álvaro Antonio Alves Da Silva
Bárbara Dezembrina Barros Da Silva
Esli Miranda De Oliveira
Isabela Iani Borges Oliveira
Isadora Furtado Sousa
Jhulya Alves Dos Anjos
Maria Clara Guedes Cordeiro
Nathalia Braga Dos Santos

Thiago Alecrim De Souza
COMITÊ CIENTÍFICO

Dra. Cecilia Rustoyburu (Universidad Nacional de Mar del Plata - UNMDP)
Dr. Fabiano Fernandes (Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP)
Dr. Fernando Lobo Lemes (Universidade Estadual de Goiás - UEG)
Dr. Francisco José Quaresma de Figueiredo (Universidade Federal de Goiás -UFG)
Dra. Giovanna Aparecida Schittini dos Santos (Universidade Federal de Goiás- UFG)
Dra. Jael Correa Correa (Universidad de Granada - UGR)
Dra. Guadalupe Romero Sánchez (Universidad de Granada - UGR)
Dr. Guilherme Queiroz de Souza (Universidade Federal da Paraíba - UFPB)
Dra. Izabella Peracini Bento (Universidade Federal de Goiás-UFG)
Dra. Julia Bueno de Moraes Silva (Universidade Estadual de Goiás - UEG)
Dra. Luana Miranda Esper Kallas (Universidade Federal de Goiás -UFG)
Dr. Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento (UFJ/UEG/PUC-GO)
Dra. Rita de Cássia de Oliveira Reis (Universidade Federal de Goiás - UFG)
Dra. Sara Guiliana Gonzales Belaonia (Universidade Federal de Goiás - UFG)
Dr. Walison Rogério (Universidade Federal da Bahia - UFBA)
Dr. Xavier Roigè (Universitat de Barcelona - UB)

NORMATIZAÇÃO TÉCNICA

Rita de Cássia de Oliveira Reis

DESIGN E ARTE

João Victor Oliveira dos Reis

IMAGEM CAPA

Foto do arquivo pessoal de Rita de Cássia de Oliveira Reis

LOCAIS DE REALIZAÇÃO

Universidade Federal de Goiás (UFG)
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)
Sede do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (ADUFG)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Congresso Internacional da Rede de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos. Encontro dos Programas de Pós-Graduação (2. : 1. : 2023 : Goiânia, GO)
 II Congresso Internacional da Rede de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos (REIA-SRI/UFG).
 I Encontro dos Programas de Pós-Graduação : Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER-UEG) e Programa de Pós-Graduação em História da PUC-GO [livro eletrônico] / organizadores Rita de Cássia de Oliveira Reis...[et al.]. -- 1. ed. -- Goiânia, GO : Ed. dos Autores, 2026.
 PDF

Vários autores.
 Outros organizadores: Renata Cristina de Sousa Nascimento, Fernando Lobo Lemes, Alexandra Nogueira da Silva.
 Bibliografia.
 ISBN 978-65-01-98432-2

1. Diversidade cultural 2. Estudos interculturais
 3. Expressão cultural 4. História - Congressos
 5. Multidisciplinaridade I. Reis, Rita de Cássia de Oliveira. II. Nascimento, Renata Cristina de Sousa. III. Lemes, Fernando Lobo. IV. Silva, Alexandra Nogueira.

26-343050.0

CDD-306.071

Índices para catálogo sistemático:

1. Estudos culturais : Sociologia 306.071

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Nota: O conteúdo e a qualidade científica dos textos publicados são de inteira responsabilidade dos autores/as dos resumos apresentados. A REIA não se responsabiliza pelas opiniões expressas no conteúdo de cada texto. Todos os resumos publicados nestes Anais foram reproduzidos de cópias fornecidas pelos autores/as. A Comissão Organizadora não se responsabiliza por consequências decorrentes de uso de quaisquer dados, afirmações e informações aqui publicadas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
PROGRAMAÇÃO	07
 RESUMOS EXPANDIDOS - COMUNICAÇÕES ORAIS	
1 HAGIOGRAFIAS E SANTIDADES - SÃO NUNO DE SANTA MARIA: O SANTO CONDESTÁVEL - Pollyana Custódia Ferreira Santos	09
2 A URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CERRADEIRO: REFLEXÕES A PARTIR DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA - Flávio Domingos Araújo Rosa/ Hyohanna Vitor Lopes	17
3 PROCESSOS CAPITALISTAS EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO CERRADO: UMA PROPOSTA DE DIÁLOGO ENTRE MARXISMO E DECOLONIALISMO - José Eduardo Alcântara Lima	26
4 NOVOS OLHARES PARA A MEDIEVALÍSTICA: UMA HISTÓRIA GLOBAL ALÉM DO EUROCENTRISMO - Ederson Vasconcelos	32
5 CAMINHO BRASILEIRO SANTIAGO DE COMPOSTELA: UM ESTUDO INICIAL Raisal Sagredo	40
6 O PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO E AS FONTES SOBRE UMA CAPITANIA DE MINAS NA AMÉRICA PORTUGUESA: POSSIBILIDADES DE PESQUISA - Simone Cristina Schmaltz de Rezende e Silva	49

APRESENTAÇÃO

A Rede de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos (REIA) propõe-se a ser um espaço de discussão, integração, consolidação e divulgação, bem como de promoção de atividades acadêmicas de caráter multidisciplinar, em âmbito local, nacional e internacional. Com esse objetivo, realizou a segunda edição do Congresso Internacional REIA na cidade de Goiânia, nos dias 17 e 18 de outubro de 2023. Este foi precedido pelo I Congresso Internacional REIA, realizado no ano anterior (2022) na Universidade de Barcelona, Espanha. A publicação referente ao primeiro congresso constituiu-se em um e-book intitulado “Pesquisa e Divulgação do Conhecimento em Rede”, publicado pela Editora Tempestiva em 2022, contendo textos sobre trajetórias e pesquisas dos membros da REIA.

A segunda edição do Congresso Internacional da Rede de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos (REIA) foi realizada em conjunto com o I Encontro do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER-UEG) e com o Programa de Pós-Graduação em História da PUC Goiás, reunindo pesquisadores(as) das principais universidades do estado de Goiás.

A organização geral do evento foi assinada pela Rede de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos (REIA/UFG), vinculada à Secretaria de Relações Internacionais (SRI-UFG), pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG), pelo Grupo de Pesquisa Sacralidades Medievais (GPSM) e pelo Grupo de Investigación sobre Antropología del Patrimonio (GRAP) – Universitat de Barcelona (UB). Os organizadores contaram, ainda, com a importante colaboração e o apoio do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), do Proyecto de Investigación Vida Cotidiana, Sacralidad y Arte en los Pueblos de Indios de la Monarquía Hispana – Universidad de Granada, da Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros na Catalunha (APEC-Barcelona) e do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (ADUFG - Sindicato).

O II Congresso Internacional REIA teve como conferencistas principais o professor Dr. Xavier Roigè Ventura, da Faculdade de Geografia e História da Universidade de Barcelona, responsável pela conferência de abertura, e a professora Dra. Guadalupe Romero Sánchez, da Universidade de Granada (UGR), na conferência de encerramento.

A programação contou com a realização de duas mesas temáticas: a primeira, coordenada pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no

Cerrado (TECCER-UEG), foi composta por professores-pesquisadores da UEG; a segunda, coordenada pela REIA, foi integrada por professores da UFG e pela diretora de mobilidade da Secretaria de Relações Internacionais da UFG. Foram realizadas, ainda, duas sessões de comunicações orais com alunos de graduação e pós-graduação das instituições participantes, cujos resumos expandidos são apresentados nestes Anais do II Congresso REIA.

Esperamos, com a realização deste evento, consolidar espaços de estudo, reflexão, diálogo e colaboração acadêmica entre instituições e estudiosos nacionais e estrangeiros sobre a Península Ibérica e América Latina, e promover o intercâmbio de ideias entre estudiosos das diferentes instituições participantes e convidados.

Dra. Rita de Cássia de Oliveira Reis

Coordenadora da Rede de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos (REIA-SRI/UFG)

PROGRAMAÇÃO

DIA 17 DE OUTUBRO-2023

09H30 - SESSÃO DE ABERTURA

Coordenação: Alexandra Nogueira da Silva (SRI/UFG)

Local: Auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)

Mesa de Abertura

Rita de Cássia de Oliveira Reis - Coordenadora da Rede de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos (REIA-SRI/UFG)

Renata Cristina de Sousa Nascimento - Membro titular e representante brasileira do Comité Internacional de Expertos del Camino de Santiago (Xunta de Galicia) e Coordenadora Acadêmica da REIA-SRI/UFG

Autoridades da UFG - Reitoria e SRI

Fernando Lobo Lemes (LAPIHCER/TECCER)

Thaís Alves Marinho - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-GO

Poliene Soares do Santos Bicalho (TECCER/UEG)

Jales Guedes Coelho Mendonça (IHGG)

10H30 - CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Conferencista: Xavier Roigè - Universitat de Barcelona (UB)

Título: Memórias desconfortáveis: políticas e representações de conflitos em museus e lugares de memória.

Coordenação: Rita de Cássia de Oliveira Reis - Coordenadora REIA-SRI/UFG

Local: Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)

19h00 - MESA TECCER/UEG

Título: Cerrado: território-mundo - Literatura, cidades capitais e fronteiras globais

Coordenação: Fernando Lobo Lemes

Local: Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) - Sala A 24

Prof. Dr. Ademir Luiz da Silva (TECCER/UEG) - Título: Literatura no Cerrado: produção e consumo

Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier (TECCER/UEG) - Título: Cerrado, território-mundo: relações comerciais Brasil-China e a nova fronteira agrícola do Matopiba

Prof. Dra. Milena D'ayala Valva (TECCER/UEG)

Título: A (re)produção da imagem da cidade vista a partir dos monumentos

DIA 18 DE OUTUBRO - 2023**8h30 - MESA REIA**

Título: Mobilidade na América Latina

Coordenação: Rita de Cássia de Oliveira Reis (REIA/UFG)

Local: Faculdade de Letras - Universidade Federal de Goiás (UFG)

Profª. Dra. Sara Guiliana Gonzales Belaonia (REIA/FL/UFG) - Título: A importância social do Teletandem na internalização

Profª. Luana Miranda Esper Kallas (REIA/FAV/UFG) - Título: Instrumentos da política "urbana na latinoamérica: Brasil e Argentina".

Esp. Alexandra Nogueira da Silva (REIA/SRI/UFG) - Título: Mobilidade Acadêmica da UFG na América Latina

14h30 - SIMPÓSIOS TEMÁTICOS DE COMUNICAÇÕES ORAIS COORDENADAS

Coordenação: Dr. Éder Mendes de Paula (UFJ)

Coordenação: Dra. Giovanna Aparecida Schittini dos Santos (UFG)

19H00 - MESA DE ENCERRAMENTO

Coordenação: Alexandra Nogueira da Silva (SRI/UFG)

Rita de Cássia de Oliveira Reis - Coordenadora REIA (CEPAE/UFG)

Local: Sede do Sindicato dos Docentes das Universidade Federais do Goiás (ADUFG)

19H30 - CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO - Transmissão pelo Canal Youtube Sacralidades

Conferencista: Dra. Guadalupe Romero Sánchez (Universidad de Granada - UGR)

Título: Vida cotidiana en los pueblos del virreinato del Perú en los siglos XVII-XVIII. Los indios cantores y la representación de la música en las doctrinas.

Coordenação: Renata Cristina de Sousa Nascimento (UFJ/UEG/PUC-GO)

Local: Sindicato dos Docentes das Universidade Federais do Goiás (ADUFG)

RESUMOS EXPANDIDOS - COMUNICAÇÕES ORAIS

HAGIOGRAFIAS E SANTIDADES - SÃO NUNO DE SANTA MARIA: O SANTO CONDESTÁVEL

Pollyana Custódia Ferreira Santos
Universidade Estadual de Goiás (UEG) -Unidade Universitária
-CSEH- Nelson de Abreu Júnior
pollyana068custodia@gmail.com

RESUMO

A religiosidade na Idade Média contribuiu de modo significativo na vivência social, intelectual e espiritual no período, a exemplo dessa religiosidade no medievo se tem a devoção aos santos. Neste estudo, a partir da análise da literatura e narrativas descreverei a vida de um destes religiosos, São Nuno de Santa Maria, focando nas especificidades da vida dessa figura medieval e o que levou a Igreja Católica a reconhecê-lo como santo cristão.

Palavras-Chaves: Religiosidade; santo; Portugal; Idade Média.

1 INTRODUÇÃO

As narrativas referentes a vida de santos foram em suma, vastamente apreciadas e difundidas em publicações como a *Legenda Áurea*, de Jacobo de Varazze (2003) no Período Medieval, livro no qual descritos episódios da vivência de diversos santos e milagres a eles atribuídos em vida ou pós morte.

Esse estudo possui enfoque na temática religiosa medieval, analisando a vida de São Nuno de Santa Maria, o santo Condestável. Nuno Álvares Pereira (1360- 1431) ou São Nuno de Santa Maria foi canonizado no dia 26 de abril de 2009¹. Guerreiro audaz, senhor de terras e santo, o Condestável de Portugal é considerado um personagem de origem medieval de grande prestígio. Nuno Álvares era filho ilegítimo do Prior da Ordem do Hospital, D Álvaro Gonçalves Pereira e de uma fidalga Iria Gonçalves do Carvalhal, da qual temos poucas

¹Pelo papa Bento XVI.

informações. Fatos marcantes de sua biografia são muito populares e já foram explorados exaustivamente pela historiografia², especialmente portuguesa.

Nuno foi introduzido na corte aos 13 anos durante o reinado de D. Fernando I (1345-1383), último rei da Dinastia de Borgonha. Casou-se em 1376 com D. Leonor de Alvim, viúva que possuía patrimônio na região de Entre- Douro- e- Minho. Desta união nasceram 3 filhos dos quais somente Beatriz sobreviveu à fase adulta. Das três guerras empreendidas pelo rei D. Fernando contra Castela³, Nuno Álvares participaria da última fase ocorrida entre 1381- 1382. Neste momento começaria sua saga militar excepcional.

Durante a crise dinástica de 1383- 1385 Nuno tomou partido da causa do Mestre de Avis, D. João I. Esta posição revelaria- se assertiva e fundamental na construção de sua importância simbólica e patrimonial. A vida de um santo também associa- se à memória de um lugar, país ou região. No caso estudado, Nuno de Santa Maria marcou a história de Portugal dos séculos XIV e XV, não perdendo também grande parte de sua vitalidade nas épocas posteriores. Sua vida transformada em epopeia militar, e sua religiosidade tornaram-se recorrentes nas páginas de manuais, e de uma vasta bibliografia que ocupa- se em discutir sua singularidade, e representações.

Em relevância toda esta pesquisa, se utilizou como fonte, a obra medieval anônima *Crônica do Condestável*, esta que narra em seus 80 capítulos de modo cronológico a vida de Nuno desde o seu nascimento à sua morte, ressaltando com diversos detalhes suas campanhas militares nas disputas contra o Reino de Castela. Esta obra, segundo Monteiro (2017) foi “escrita entre 1431 e, no máximo, 1443”, como dito anteriormente não se conhece o autor que a elaborou. Vale ressaltar, que a versão utilizada se refere a de 1911, que possui revisão, prefácio e notas de Mendes dos Remedios⁴. Obra esta, catalogada na Biblioteca Nacional de Lisboa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa historiográfica relativa ao estudo das vidas dos santos, requer uma abordagem interdisciplinar que abarque tanto as análises de Peter Brown quanto as

² MONTEIRO, João Gouveia. Nuno Álvares Pereira: Guerreiro, Senhor Feudal, Santo - Os três rostos do condestável. Lisboa: Manuscrito Editora, 2017.

³ A primeira durou de 1369- 1371, a segunda entre 1372- 1373, e a última ocorreu entre 1381-1382.

⁴Professor, crítico e historiador da literatura, político e escritor português, nascido em Nisa, Portugal no ano de 1867 e faleceu em 1932.

ponderações de Caroline Walker Bynum. Brown, aponta a hagiografia como espelho das dinâmicas sociais e culturais, que ilumina as influências que moldaram as narrativas sacras ao longo do tempo (Brown, 1981, p.129). Já Bynum, destaca a dimensão devocional das hagiografias, demonstrando como estas não são simples biografias, mas instrumentos de formação espiritual que repercutem na devoção popular (Bynum, 1995, p. 215). A partir disso, é crucial analisar a transformação de D. Nuno Álvares Pereira de Condestável a São Nuno de Santa Maria. Portando, fundamentando-se nas concepções de Hayden White, cujas análises sobre a estrutura literária da história permeiam este estudo, percebemos que a transição do condestável para o santo não é apenas um evento histórico, mas uma narrativa que perpassa a simples crônica factual, se formulando conforme os padrões literários e simbólicos de período.

A compreensão das crônicas medievais como construções discursivas, impregnadas de significados simbólicos, constitui-se como uma ferramenta essencial na compreensão das representações do sagrado nesses relatos. Assim, metodologicamente, é imprescindível o uso da hermenêutica como método interpretativo a qual, expõe as camadas simbólicas e culturais das crônicas medievais. A proposta de Paul Ricoeur, ao propor uma hermenêutica dialética entre o texto e o leitor, se mostra uma opção metodológica recomendável a fim de orientar a compreensão das crônicas não apenas como relatos históricos, mas como construções interpretativas que perpetuam o sagrado no discurso literário (Ricoeur, 2000, p. 321). No mais, as percepções do autor Umberto Eco (1968) que fundamentam a proposta de análise semiótica das crônicas medievais, se revela como uma via promissora para desvendar os códigos e signos que permeiam esses textos. Eco, ao ressaltar a natureza polissêmica da linguagem, nos instiga a investigar as entrelinhas das crônicas, desvendando os estratos simbólicos que repercutem no sagrado e permeiam as narrativas medievais.

3 METODOLOGIA

Afim de uma análise teórico metodológica foram utilizaram relatos cronísticos e hagiográficos. Em relação a Nuno Álvares, seu perfil guerreiro foi acentuado pelas narrativas cronísticas de Fernão Lopes⁵, participando o Santo Condestável ativamente das Batalhas de Atouros (1384), Aljubarrota (1385) e Valverde (1385). Com a vitória e aclamação de D.

⁵LOPES, Fernão. Crónica do Senhor Rei Dom Fernando Nono Rei Destes Regnos. Porto: LivrariaCivilização, 1979. LOPES, Fernão. Crônica de D. João I, 1ª parte, cap 193. In Textos Literários. Autores Portugueses. Quadros da crónica de D. João I. Selecção, prefácio e notas Rodrigues Lapa. Lisboa: gráfica Lisboense, 1939.

João I que governou de 1385 a 1433, o Condestável de Portugal firmou-se como um grande senhor⁶, possuindo patrimônio invejável, além de prerrogativas de natureza jurídica e direitos sobre as populações. (Nascimento, 2020).

No livro *Nuno de Santa Maria- fragmentos de memória persistente* (2010, p 141), Aires Nascimento fez a seguinte pergunta: Como se faz um santo? Em causa está a preparação de uma declaração solene e oficial de santidade de alguém que se vai apresentado como modelo a imitar. Não é um juízo humano que faz um santo e por isso a Congregação do Culto examina provas que permitam reconhecer também o beneplácito divino no ato de canonização pelo exame de sinais extraordinários. Estes são conhecidos como milagres.

Além das características de piedade e devoção a Deus, os prodígios relatados pelos fiéis sacralizam a história e os relatos. Um aspecto especial se refere ao ano de 1422 quando Nuno Álvares Pereira tomou definitivamente a hábito carmelita. A *Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular Observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Domínios*, do Frei José Pereira de Sant'Anna, escrita em 1745 ocupa-se na Parte III do Tomo I à fundação do Convento do Carmo em Lisboa. Nesta fonte o fundador do Real Convento do Carmo de Lisboa é apresentado com grande devoção pelo autor.

CONCLUSÕES

As narrativas formuladas em gêneros de crônica e literatura, elaboram uma figura medieval singular, ressaltando o seu de perfil militar vitorioso, um herói da coroa portuguesa, que seria digno de ser vinculado e comparável à história lendária dos Cavaleiros da Távola Redonda. Sendo, um recurso narrativo muito bem aceito e que coincide com a imagem de cavaleiro militar medieval a ser ressaltada nestes textos.

Outro ponto decisivo utilizado, em suma na *Crônica do Condestável*, é a aproximação da figura de Nuno com a imagem de Jesus, concluída como intencional. Em razão dos apontamentos expostos por Monteiro (2017) quanto aos pormenores que envolveram a escrita e publicação desta obra, as quais possuem laços políticos e familiares. E estes vínculos familiares se referem aos descendentes de Nuno, que teriam financiado a publicação e isto significaria “(...) a inequívoca preocupação da casa de Bragança em enfatizar a sua

⁶ Nuno Álvares Pereira foi Conde de Ourém, Barcelos e Arraiolos.

descendência de uma personagem tão ilustre quanto D. Nuno Álvares Pereira” (Monteiro, 2017, p. 43).

E assim considerando que “o texto original da CC não chegou até nós” (Monteiro, 2017, p. 41) conjuntamente com esse interesse parcial nesta obra pela família de Nuno, é provável que alterações possam ter sido feitas na narrativa. E se houve alterações, elas podem ter sido feitas também a fim de legitimá-lo como religioso e santo, ao se ter, de forma sutil, alusões a trechos bíblicos ao longo da narrativa.

O desfecho de todo esse processo de construção imagética que envolveu Nuno no decorrer dos séculos, se ostentou vitorioso. Quando o Papa Bento XVI disse entre outras palavras as seguintes, “*Sabei que o Senhor me fez maravilhas. Ele me ouve, quando eu o chamo*” (Sl 4, 4). Estas palavras do Salmo Responsorial exprimem o segredo da vida do bem-aventurado Nuno de Santa Maria, herói e santo de Portugal”, em cerimônia oficial no dia 26 de abril de 2009, a qual deu por canonizar o objeto de pesquisa desta pesquisa.

Assim, a construção narrativa nas obras medievais citadas, contribuíram positivamente na formulação das características intelectuais atribuídas a Nuno. Estas que foram vastamente difundidas em suas representações iconográficas posteriores, em destaque em pinturas e esculturas. Essas particularidades de Nuno também foram ressaltadas na literatura, somando a visão construída de cavaleiro medieval exemplar e devoto fiel a Santa Maria.

As representações iconográficas reforçam de modo visual a concepção de figura santa de Nuno, esta já presente em sua crônica, no momento em certos trechos vinculava narrativamente a figura dele ao Cristo. Assim, estas obras sacras seriam uma extensão e reafirmação desta santidade, agora exposta por simbologias presentes nas obras. As quais se tornaram objetos de veneração e visitação por seus fiéis.

Quanto à literatura, os autores se utilizaram de Nuno para construir narrativas com vinculações com o misticismo de mitos medievais e também o místico cristão. Do mesmo modo, o exaltam com diversos elogios a seus cargos militares que Nuno ocupou. Assim, estas narrativas literárias contemporâneas contribuíram para a construção imagética desta figura medieval no senso comum.

É perceptível que, enquanto a iconografia se preocupou em construir em suas representações na perspectiva de santidade de Nuno, a literatura se encarregou de formular

em seus textos o lado militar. E conjuntamente, trabalharam para perpetuar e produzir uma personagem que atende em diversos aspectos a ser um herói nacional português, ao ser ao mesmo tempo um santo cristão e um militar defensor de seu reino. Aqui, desconsiderando intencionalmente as diversas mortes que ele provocou durante as batalhas, o que em tese o cristianismo condena em seus preceitos, porém Nuno é uma das exceções que a religião aceitou o tornando santo e a política portuguesa vangloria.

Portanto, as narrativas apresentadas sobre Nuno possuem, sim, informações relevantes sobre ele, entretanto estão presentes também interesses particulares em construir em diversas formas nas produções apresentadas uma santidade vinculada ao militarismo e a política. Que favorece o uso de sua imagem em concepções equivocadas, que atendem a uma elite religiosa e política, com um apoio popular, ao promovê-lo como herói medieval e santo na contemporaneidade, fortificado por sua canonização efetivada em 2009.

FONTES HISTÓRICAS

D. Nuno Álvares Pereira. Crónica do Condestável de Portugal. Lisboa: Academia Portuguesa de História, edição de 2011.

LOPES, Fernão. **Crônica de D. João I**, 1ª parte, cap 193. In Textos Literários. Autores Portugueses. Quadros da crónica de D. João I. Seleção, prefácio e notas Rodrigues Lapa. Lisboa: gráfica Lisboense, 1939.

LOPES, Fernão. **Crónica do Senhor Rei Dom Fernando Nono Rei Destes Regnos.** Porto: Livraria Civilização, 1979.

SANT'ANNA, Fr. José Pereira de. **Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular Observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Domínios**, Oficina dos herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, Lisboa, 1745 (Tomo I).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ, Maria Raquel A. & NASCIMENTO, Renata Cristina de S. **A Sacralização do Espaço Ibérico: Vivências Religiosas na Idade Média.** Curitiba: CRV, 2020.

BROWN, Peter. **The Resurrection of the Body in Western Christianity, 200-1336.** 1995.

BYNUM, Caroline Walker. **The Cult of the Saints: Its Rise and Function in Latin Christianity.** 1981.

COSTA, Paula Pinto & NASCIMENTO, Renata Cristina de S. **A Visibilidade do Sagrado. Relíquias Cristãs na Idade Média**. Curitiba: Prismas, 2017.

ECO, Humberto. **A Estrutura Ausente: Introdução à Pesquisa Semiológica**. 1968.

FERRÃO, Hugo. **Centro de estudos da imagética da ordem dos hospitalários do Priorado do Crato: O castelo de Amieira do Tejo**. Universidade de Lisboa, 2010.

FERNANDES, Fátima Regina. **A construção da sociedade política de Avis à luz da trajetória de Nuno Álvares Pereira**. In A guerra e a sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso- Espanholas de Estudos Medievais. Vol. I Alcobaça- Batalha, 2009. p 421- 446

FRANCO, Hilário Júnior. **A Idade Média: Nascimento do Ocidente**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo. **Os historiadores e a cultura material**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010, p.81-110

GOMES, Saul A. **Hagiografia, Arte e Cultura no Outono da Idade Média**. Revista Diálogos Mediterrânicos. Curitiba: Número 6. junho /2014. p 29-55

Guimarães, M. L. (2012). **Crônica de um gênero histórico**. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, (2), 67–78. <https://doi.org/10.24858/23>

LE GOFF, Jacques & SCHMIT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Vol. 1. Bauru: EDUSC, 2006. p.167-461

LE GOFF, Jacques & SCHMIT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Vol. 2. Bauru: EDUSC, 2006. p.594-602

MONTEIRO, João Gouveia. **Nuno Álvares Pereira: Guerreiro, Senhor Feudal, Santo - Os três rostos do condestável**. Lisboa: Manuscrito Editora, 2017.

NASCIMENTO, Aires A. **Nuno de Santa Maria. Fragmentos de Memória Persistente**. Lisboa: ARM, 2010

NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **As Relíquias Cristãs e a Apropriação Simbólica do Território**. In OPSIS (On-line): Catalão- GO, v. 18, n. 1, 2º Semestre de 2018. p. 143-153.

NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **Do Condestável de Portugal a Nuno de Santa Maria: Elementos para a construção de um santo**. In *Revista Mirabilia* nº 26 Vitória: 2018/1 p. 1-13

NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **D. NUNO ÁLVARES PEREIRA**. In NASCIMENTO, Renata Cristina de S. & SOUZA, Guilherme Queiroz de. (Org). *Dicionário Cem Fragmentos Biográficos: A Idade Média em trajetórias*. Goiânia: Edições Tempestivas, 2020

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da & SILVA, Leila Rodrigues da (Org). **Mártires, Confessores e Virgens. O Culto Aos Santos No Ocidente Medieval**. Petrópolis: Vozes, 2016.

WHITE, Hayden. **Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe**. 1973.

A URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CERRADEIRO: REFLEXÕES A PARTIR DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Flávio Domingos Araújo Rosa

Instituto de Estudos Socioambientais,
Universidade Federal de Goiás flaviiodomingos@discente.ufg.br

Hyohanna Vitor Lopes

Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás
hvitor.23@discente.ufg.br

RESUMO

O Cerrado é um território marcado por disputas territoriais desde que se tornou um espaço desejado da fronteira agrícola brasileira, configurando-se como um “Bioma-território”, segundo Chaveiro e Barreira (2010). Este bioma cobre cerca de 24% do território brasileiro, sendo o 2º maior bioma nacional. Seu território foi consequentemente urbanizado com o apoio do Estado, visando a sua ocupação e integração, especialmente após 1930, reunindo agentes que estão inseridos numa dinâmica social e territorial ampla e diversificada. O trabalho tem como objetivo apontar e refletir o processo de urbanização do bioma-território Cerrado, materializado neste caso a partir da modernização da agricultura e a inserção do território em um sistema globalizado do capital. A metodologia que ampara o trabalho é a revisão bibliográfica, pois além de ser uma metodologia capaz de definir a pesquisa, ela tem um caráter exploratório, permitindo maior familiaridade com a problemática, aprimoramento de ideias e hipóteses. No desenvolvimento do trabalho foi constatado que o processo de urbanização e ocupação do Cerrado se deram de forma conjunta com a modernização da agricultura, a partir de 1970, momento em que há no contexto brasileiro a expansão da fronteira agrícola para as terras cerradeiras e com a mecanização e emprego das tecnologias pós revolução verde. Estes fatores foram responsáveis por consolidar centros urbanos já existentes e também pela criação de inúmeras novas cidades em regiões onde a produção agrícola, especialmente da soja, se desenvolveu.

Palavras-chave: Cerrado; bioma-território; urbanização; modernização da agricultura.

1 INTRODUÇÃO

O Cerrado se notabiliza como um importante bioma brasileiro, que cobre cerca de 24% do território nacional, com ocorrência em 11 estados e é a 2º maior formação vegetal presente na América do Sul, além de ser o bioma de surgimento de importantes rios e nascentes que são parte integrada de diversas bacias hidrográficas de importância nacional e continental, como a bacia do Araguaia-Tocantins e a Bacia do Paraná. O Cerrado também se

torna importante pela sua riqueza em flora e fauna, concentrando um terço da biodiversidade nacional e 5% da flora e fauna mundiais, sendo considerada uma das savanas mais ricas em biodiversidade no mundo, segundo Abramovay (1999, p. 2).

Contudo, o Cerrado vai para além de suas características físico-naturais, englobando uma série de riquezas imateriais, a cultura dos povos cerradeiros, que inclui suas festas, modos de vida, saberes ancestrais, dialetos próprios, a culinárias e vários outros aspectos que se inserem na conformação deste espaço tão (bio)diverso, que em sua história de usos e ocupações passou de um bioma esquecido, considerado visualmente feio por conta de sua vegetação tortuosa, que não propiciava a cultura agrícola por ter solos pobres, para um dos corredores de modernização do Brasil pós anos 70, onde a bonança e o crescimento econômico reinariam, neste espaço do território brasileiro, assim como afirma Pelá:

As ‘miseras terras’ de outrora transformaram-se em um território fértil e apropriado para a edificação de uma nova capital federal e duas capitais estaduais, para a indústria da construção civil, para o turismo de negócios e cultural, para a arquitetura moderna e contemporânea, para a mecanização do campo, para o agronegócio, para as firmas e grandes corporações; enfim, passou a ser objeto de desejo de milhares de brasileiros que buscavam, e ainda buscam, trabalho, moradia e melhores condições de vida (Pelá. 2020, p. 2)

Assim, conforme expõem Chaveiro & Barreira (2010), em seu trabalho “Cartografia de um pensamento de cerrado”, o cerrado é fruto de um imaginário que tem uma representação e um conhecimento “constituído por interesses políticos no quadro histórico em que é apropriado como fonte de riqueza”, e portanto, devemos compreender os sentidos políticos de cada representação, e para este trabalho, nos é importante focar em como a urbanização no cerrado se deu de forma intimamente ligada aos interesses do grande capital, especialmente a partir dos anos 1970, com os adventos da revolução verde e a constante modernização da agricultura, e inserindo este território-bioma em uma dinâmica da globalização já em sua fase técnico-científico-informacional (Santos, 1994).

Ainda neste contexto, Elias & Pequeno apontam que:

No período de cinquenta[sic] anos ocorre uma verdadeira inversão da distribuição da população no Brasil, com uma generalização da urbanização da sociedade e do território. Com a globalização, reestruturaram-se a produção e o território preexistentes, desorganizando as estruturas, as funções e as formas antigas. Cada vez que o território é reelaborado para atender à produção globalizada, superpõem-se novos fixos artificiais, aumentando a complexidade dos seus sistemas técnicos e de suas *rugosidades* (Elias & Pequeno, 2007, p. 26).

Com esta dinâmica globalizante de reestruturação da produção e dos territórios preexistentes, temos ainda segundo os autores, exemplos de mudanças como: “reestruturação produtiva da agropecuária e da indústria; pela expansão do comércio e dos serviços; [...] pela expansão das indústrias de base tecnológica; pelo aumento da quantidade e qualidade do trabalho intelectual; pela expansão de novas formas de consumo; pelos intensos movimentos migratórios”. Neste rol de reestruturações, nos importa em específico a questão da agropecuária, que nestas mudanças ocorridas nas últimas décadas se reorganiza economicamente em um novo sistema que se denomina agronegócio, resultado principalmente também, segundo os autores, dos novos espaços agrícolas colocados à disposição desta produção moderna da agricultura.

Estes novos espaços agrícolas colocados à disposição podem ser entendidos justamente como o espaço que denominamos atualmente de “nova fronteira agrícola”, atingindo locais como os cerrados da região do MATOPIBA e do arco do desmatamento da Amazônia, que exercem pressão sobre esses biomas no interesse de convertê-los em áreas produtivas para este dito “agronegócio”.

Elias & Pequeno (2007) apontam então para a reestruturação urbana que acontece nestes locais onde o agronegócio se torna a força principal, pois este mostra-se como uma economia que apesar de ser pautada por produções rurais-agrícolas, tem sua ligação muito evidenciada com os circuitos urbanos, para os autores “as cidades próximas às áreas de realização do agronegócio tornam-se responsáveis pelo suprimento de suas principais demandas, seja de mão-de-obra, [...], de assistência técnica etc, aumentando a economia urbana e promovendo redefinições regionais”.

Pautados nesta ideia, consideramos a modernização da agricultura e sua redefinição no conceito de agronegócio como determinantes para a urbanização do bioma-território Cerrado, concordamos com Elias & Pequeno quando dizem que:

Esta noção deve ser vista como a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, cujas funções principais associam-se às crescentes demandas de novos produtos e serviços especializados, o que promove o crescimento do tamanho e do número das cidades no Brasil agrícola moderno, onde se processa a reestruturação produtiva da agropecuária. Assim sendo, quanto mais se intensifica o capitalismo no campo, mais urbana se torna a regulação da agropecuária, sua gestão, sua normatização (Elias & Pequeno, 2007).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro data ainda de um período colonial, onde o acesso à região se dava de forma precária e até mesmo selvagem, e cujo o descobrimento do ouro em locais onde hoje estão o Mato Grosso, Goiás e foi o ponto inicial para que a coroa portuguesa olhasse para esta região e a enxergasse como uma nova fonte de exploração de riquezas para o então Estado colonial que regia o país, assim, as primeiras cidades da região foram oriundas de ocupações e acampamentos de bandeirantes, que foram os responsáveis pela tão importante descoberta.

Esse momento inicial logo mostrou-se esgotado, já não havia mais uma grande oferta em ouro, contudo, já havia uma rede de cidades fundadas e consolidadas, e com o passar dos anos, estas cidades foram se consolidando e novas cidades apareceram, mas toda esta região central do país era vista, desde os primórdios, como uma área inóspita, “feia”, de populações “atrasadas” e de um modo de vida que não se encaixava aos padrões existentes em outras regiões do país.

Contudo, houve por parte do governo do Brasil, mediante a necessidade de modernização do país e da região central, inúmeras iniciativas para se promover o chamado “desenvolvimento”, e com isso uma das fases iniciais do processo foi justamente a urbanização. Era necessário povoar a região, era necessário ter uma massa trabalhadora formada e consolidada, visto que a população da época era majoritariamente rural, sobre estes dois momentos de visão do cerrado, Chaveiro & Barreira apontam que:

Isso posto, configura-se um vislumbre: a construção de uma imagem negativa do Cerrado feita por agentes externos aos povos do local, tal como foi incidida até a década de 1970, supôs que os povos que aqui existiam, seu modo de vida, sua economia, a sua cultura, por não pertencerem a uma racionalidade econômica hegemônica, eram uma espécie de párias da nação. [...] A construção de uma imagem positiva do Cerrado, edificada a partir da década de 1970, é paralela ao uso intenso dos componentes do bioma, coordenado por atores externos. Território dinâmico, integrado àquela racionalidade, tem seus componentes impactados e destruídos (Chaveiro & Barreira (2010, p. 17) .

Percebe-se que a ideia de modernização e criação da imagem positiva do Cerrado são postas à luz do uso de seus componentes, é necessária a ocupação para que se viabilize a

exploração do potencial que o bioma-território pode proporcionar, e neste contexto de modernização temos a chegada das tecnologias verdes, pensadas a partir da revolução verde, que proporcionou mudanças genéticas em culturas para que as mesmas se adequassem ao clima e aos solos do Cerrado, visto que este disponibiliza bons relevos para a entrada do maquinário pesado, contudo os solos não são naturalmente aptos para estes tipos de plantas, necessitando correções de acidez e aumento químico de nutrientes, Oliveira *et al.* sobre isso, traz que

Novas técnicas agrícolas, como a introdução de máquinas, e a utilização de insumos estimulantes e corretores do solo fizeram do Centro-Oeste brasileiro um novo eldorado da produção agrícola nacional. Obviamente, na contramão dessa condição, o Cerrado foi gradativamente sendo descerrado... O desflorestamento na região atingiu, nos 50 anos entre as décadas de 1960 e 2000, patamares assustadores, conforme se pode consultar no sítio Observatório da Terra, do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, vinculado à Presidência da República (Oliveira *et al.*, 2020, p. 85).

Tais tecnologias e políticas públicas fomentadas a partir do governo federal se materializaram no território do Cerrado e também na Amazônia, gerando uma usurpação das redes urbanas existentes a partir das frentes pioneiras, que segundo Oliveira et al (2020, p. 80) “cuidavam para criar as condições para a sua exploração capitalista, articulando-a à divisão regional do trabalho a partir de sua formação socioespacial específica”, para o autor, ainda

A dinâmica capitalista que se apropriou dos territórios do Cerrado e da Amazônia provocou uma reestruturação das respectivas redes urbanas regionais, enfatizando o papel das cidades médias que se estruturaram diante dessa nova realidade, especialmente entre as décadas de 1980 e 2010 (Oliveira *et al* 2020, P. 80).

Tal dinâmica capitalista que estruturou a criação de novas cidades neste território em questão, e reestruturou cidades que já existiam e se tornaram centros de oferta de serviços e de mão de obra para esta nova organização do trabalho agrícola redesenhado sob a forma econômica do agronegócio, culmina com as cidades do agronegócio, termo cunhado por Elias (2007) e trabalhado também por Elias & Pequeno (2007), para a autora, tais cidades são aquelas “cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções”.

Neste contexto de se tornar o Cerrado atrativo para a exploração e uso de seus recursos, após 1970, o Governo federal criou diversos programas que não abarcavam somente o Cerrado, mas também a Amazônia, eram programas voltados para todo o centro norte

brasileiro e que visavam levar “desenvolvimento”, produtividade e as melhores práticas agrícolas da época, tais programas que podem ser exemplificados são o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados) e o POLAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia). Conforme nos escreve Santos, tais políticas contribuíram:

Para a instalação, nessas regiões, de obras de infraestrutura, armazenagem, estradas, etc., além da pesquisa de sementes para promover o plantio de soja em grande escala no cerrado. Impôs uma nova organização territorial no cerrado, recortando-o em uma nova região, dentro do processo mais amplo da expansão do capitalismo no campo brasileiro. O Polocentro parte da ideia de desenvolvimento do cerrado proveniente de uma filosofia do desenvolvimento polarizado. Como o próprio nome (Polocentro) sugere, visava a desenvolver no Brasil Central, um polo de desenvolvimento, transformando a agricultura de subsistência, em uma agricultura empresarial, no sentido do uso de práticas agrícolas modernas e de sua integração com o mercado, por meio de ampla assistência técnica e financeira e infraestrutura. Em nível ideológico, o Estado juntamente com o capital agrário procuraram repassar a ideia de que o desenvolvimento agrário polarizado conduziria um padrão de melhoria social. Mas na vida real, o que aconteceu foi a construção de um espaço socialmente contraditório, em constantes conflitos sociais (Santos, 2020, p. 1409)

É importante salientar que uma das dinâmicas apresentadas de maior força na ocupação e usurpação do Cerrado é o agronegócio, que em um curto período de tempo se mostrou como hegemônico na produção e reprodução de conflitos, crimes ambientais, invasão de terras protegidas e inúmeras outras questões que foram – e ainda são – responsáveis pela destruição deste bioma-território tão importante em diversos aspectos para o país, sobre a força do setor agro e sua rápida internacionalização.

Araujo & Araújo (2021, p. 185) comenta que “Para viabilizar o processo de internacionalização e mundialização do capital no agronegócio foi preciso a liberalização e a desregulamentação do Estado brasileiro”, e que a adoção de políticas neoliberais somadas a chegada de capitais externos culminou em um processo dinâmico, e que “este processo levou o agronegócio a uma nova configuração da acumulação capitalista no campo brasileiro, que levam a internacionalização do setor, no Brasil”. Ainda para o autor em questão, o território brasileiro de forma geral vem sendo buscado por grandes grupos internacionais, que inicialmente se mostra como corporativa e depois de certa estabilização no mercado passa pelo processo de transnacionalização, comprando empresas brasileiras para que sejam conhecidas como empresas nacionais, porém oriundas de capital estrangeiro. Corroborando o autor citado anteriormente, Gonçalves (2020, p. 18) trata que

A formação de Goiás é expressiva da contínua especialização de territórios explotados em distintas escalas de produção e de comercialização de produtos primários. Logo, os componentes ambientais do Cerrado, como terra, água, minérios, vegetação e relevo estão em constantes disputas. A expansão das fronteiras do capital extrativo transforma os bens naturais do Cerrado em fontes de produção de commodities e controle corporativo exercido por empresas nacionais e estrangeiras (Gonçalves, 2020, p. 18).

Assim, salientamos a importância de se pensar de forma integrada este bioma-território, conforme propõe o autor, não separando seus componentes naturais dos componentes que perpassam a cultura, a economia e a política deste vasto espaço cheio de interesses, histórias e importâncias, pois mesmo com toda a investidura do capital e dos interesses mais escusos por parte dos agentes que modificam esta paisagem, existe um cerrado com repletas nuances e diferencialidades que resistem à hegemonia imposta. Recordamos a fala de Chaveiro que nos indica:

Mais que a incidência de pressões, reorganização dos lugares, sentidos e significação dos componentes naturais, trata-se de elevar a interpretação noutra escala: há de se pensar que o território cerradeiro participa, economicamente, das redes nacionais e internacionais comandadas pela sociedade global (Chaveiro (2010, p. 27).

3 METODOLOGIA

Este trabalho é pautado em uma revisão bibliográfica sistemática, realizada a partir de inquietações e reflexões suscitadas a partir de estudos sobre a dinâmica territorial do Cerrado e da Amazônia, assuntos estes que pautam atualmente inúmeros estudos acadêmicos nas mais variadas áreas das ciências. Este trabalho busca mostrar um panorama de como estes territórios vêm sendo ocupados e utilizados, nas várias instâncias de análise, como conflitos, políticas públicas de desenvolvimento e a urbanização como propulsora das mudanças estruturais ocorridas no objeto de estudo do trabalho: a urbanização do bioma-território Cerrado a partir da modernização da agricultura.

Foi realizada revisão bibliográfica para a construção deste trabalho, pois está além de ser uma metodologia capaz de ajudar a definir a pesquisa, segundo Gil (2002), ela tem um caráter exploratório que permite maior familiaridade com o problema, aprimoramento de ideias ou descoberta de instituições. Assim, é possível termos um trabalho teórico e embasado, reflexivo e orientado por referenciais que remetem ao assunto.

4 CONCLUSÕES

As reflexões feitas neste resumo expandido apontam para a compreensão do bioma-território Cerrado como um espaço de diversas representações e pensamentos políticos que nem sempre convergem e que podem ser muito conflituosos, assim, ultrapassando o campo dos pensamentos e do imaginário, no campo do espaço real também é um território que se materializa de forma conflitante, pois como apontado, 2 visões do Cerrado reinaram desde a sua ocupação: uma visão negativa, que antecedeu a sua mercantilização, e uma visão positiva, quando se avultaram diversos interesses nacionais e internacionais pela sua modernização.

Após as sucessivas políticas de desenvolvimento criadas especificamente para esta região, somadas a entrada da globalização em seu período técnico-científico-informacional pós 1970, o Cerrado viu-se minado por iniciativas de exploração e utilização de seus componentes naturais, e neste contexto as cidades de seu território se voltaram como espaços cooptados por estes capitais para que ali pudessem estar a grande massa de pessoas – desde trabalhadores braçais até diretores executivos de grandes corporações – que seriam os responsáveis pela ocupação (des)ordenada que ocorreu neste espaço.

Esta urbanização decorrente do processo de consolidação do agronegócio conforme o conhecemos, dotado de relações com o capital globalizado, reestruturou cidades que passaram a prover todas as demandas exigidas por este agronegócio hegemônico. Daí consideramos a urbanização do bioma-território Cerrado pautada principalmente nesta dinâmica das Cidades do Agronegócio, visto que este território está amplamente interligado à dinâmica global do capital no que diz respeito ao agronegócio, tornando a grande maioria das médias e grandes cidades reféns da hegemonia que exerce esta atividade.

Por fim, apontamos que o agronegócio atualmente desponta como a principal causa de conflitos e exploração dos recursos cerradeiros. Esgota-se a água, mata-se o solo, excluem-se populações tradicionais e mata-se a biodiversidade, e é neste processo de internacionalização do agronegócio que verdadeiros complexos hegemônicos se erguem com o capital estrangeiro travestido de “desenvolvimento e riqueza”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. (1999). **MORATÓRIA PARA OS CERRADOS – Elementos para uma estratégia de agricultura sustentável**. São Paulo, fevereiro de 1999. Disponível em: https://issuu.com/ricardoabramovay/docs/moratoria_para_os_cerrados. Acesso em: 10/02/2023.

ARAUJO, D. F. C.; ARAÚJO SOBRINHO, F. L. Internacionalização do agronegócio e seus novos territórios de acumulação no Brasil. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 8, nº 2, p. 184-212, maio a agosto de 2021.

CHAVEIRO, E. F.; BARREIRA, C. C. M. A. Cartografia de um pensamento de Cerrado. In: CASTILHO, D.; PELÁ, M. (Org.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Vieira, 2010. p.15-34

CHAVEIRO, E. F. A urbanização do cerrado: espaços indomáveis, espaços deprimidos. **Revista UFG**, Goiânia, Editora UFG, v. 12, n. 9, p. 26-30, Agosto de 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48318>. Acesso em: 5 jan. 2023.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 25, 2007. DOI: 10.22296/2317-1529.2007v9n1p25. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/168>. Acesso em: 4 dez. 2023.

GONÇALVES, Ricardo J. de Assis F. Mineração e fratura territorial do Cerrado em Goiás. **Élisée - Revista de Geografia da UEG** – Goiás, v.9, n.2, p. e922018, 7 set. 2020.

OLIVEIRA, Adão Francisco de; FERREIRA, Rogério Castro; BARREIRA, Celene Cunha M. A. Contornos da fronteira capitalista no século XXI: um olhar sobre o Cerrado e a Amazônia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, Edição especial, p. 76–88, dez. 2020.

PELÁ, M. C. Goiânia, Brasília e Palmas: estratégias geopolíticas da modernização e urbanização do Cerrado e do território brasileiro. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 9, n. 2, p. e922025, 13 set. 2020.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, R. S. Estado, políticas públicas e agronegócio na Amazônia Legal: uma análise a partir dos conflitos socioterritoriais. **Ciência Geográfica**, v. XXIV, p. 1398-1417, 2020.

PROCESSOS CAPITALISTAS EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO CERRADO: UMA PROPOSTA DE DIÁLOGO ENTRE MARXISMO E DECOLONIALISMO

José Eduardo Alcântara Lima

Universidade Estadual de Goiás
eduardolima3191@gmail.com

RESUMO

Povos originários e Cerrado mantêm uma relação milenar, construída com base nas riquezas naturais desse bioma há pelo menos 12 mil anos (BERTRAN, 1994). A partir do século XVII e XVIII, porém, processos coloniais/capitalistas começaram a ameaçar a sobrevivência de ambos: bioma e indígenas. Exemplos de povos indígenas que sucumbiram frente à ganância colonial são os míticos Goyá e Akroá (ATAÍDES, 1998). Nessa pesquisa pretendo analisar as relações de acumulação capitalista que influenciam direta ou indiretamente a reprodução física e cultural dos povos indígenas no Cerrado, para isso, realizo revisão bibliográfica aliada a uma perspectiva teórica que busca vincular duas correntes que a princípio parecem se repelir, mas que, consideradas as devidas críticas, podem dialogar, a saber, marxismo e decolonialismo (AGUIAR, 2018). Notamos que as dinâmicas capitalistas/colonialistas são dominantes frente às lutas indígenas, com o agronegócio se valendo da retórica eurocêntrica/colonialista para expandir suas áreas de influência no Cerrado, resultando em destruição tanto do meio ambiente quanto da sociedade cerratense. Como proposta, o artigo defende a união entre a crítica inata decolonial e o pragmatismo marxista na superação da lógica capitalista que privilegia o agronegócio em desfavor do Cerrado e povos originários.

Palavras-chave: Cerrado; povos indígenas; decolonialismo; marxismo.

1 INTRODUÇÃO

Perscrutando os caminhos da História Indígena, relembremos o período que se localiza há 12.000 anos AP (Antes do Presente), ali se iniciou o povoamento do hoje conhecido bioma Cerrado, característico por suas arvoretas tortas. Desde então, esse território é marcado pelo estilo de vida característico e adaptado ao clima dessa região, através de culturas de paleoindígenas dos quais Paulo Bertran (1994) chama de “homo cerratensis”.

O primeiro contato desses paleoindígenas com o bioma coincide com um período arqueológico denominado Tradição Itaparica⁷, em um local que fornecia abundantes

⁷ "Tradição é uma categoria ampla que engloba um horizonte cultural disperso numa grande área geográfica, cujos traços culturais básicos permanecem com as mesmas peculiaridades. Fase é uma subdivisão específica da

possibilidades de sobrevivência. A tropicalização daquele ambiente propiciou fartura de peixes, sementes, abrigos, frutos e água (Bicalho, 2022). Disso se explica a propensão do Cerrado em atrair sociedades de caçadores-coletores.

Esse fato se explica também pelo clima homogêneo desse bioma, o que permite certa estabilidade e planejamento. Ainda, sua geomorfologia peculiar fornece grandes quantidades de abrigos humanos, sua variada flora conglera inúmeras espécies animais que dela se alimentam, dinamizando oportunidades de caça. Há que se mencionar também a grande capacidade hídrica das bacias do Planalto Central (Barbosa, 2009).

Disso se depreende que povos originários e meio ambiente conviveram harmoniosamente durante séculos, em um ecossistema funcional. Entra em cena, nos séculos XVII e XVIII, o “progresso”, a colonização não indígena, o uso do Cerrado como recurso a ser capitalizado, e esse elo é então vilipendiado por uma sociedade que se enxerga como exterior à natureza.

A sociedade não indígena tende a valorizar a razão/conhecimento em desfavor da natureza/corpo, estabelecendo relações que privilegiam o capitalismo desenfreado, que se vale da matéria prima natural para propalar o dito “progresso”. O pensamento do homem não indígena dominador da natureza tem gerado assustadores índices de destruição natural (Morin, 2010).

Os processos capitalistas no Cerrado já corroeram a maioria dos seus 2 milhões de km², estima-se que 97% de todo esse desmatamento ocorre em propriedades privadas (Junior; Silva, 2021, p. 4). Nem mesmo as terras indígenas (TIs) são poupadas, os Estados que mais registraram destruição em TIs foram Mato Grosso (54%), Mato Grosso do Sul (19%) e Maranhão (12%) (Junior; Silva, 2021, p. 4).

Os processos capitalistas/colonialistas desconsideram a humanidade desses povos indígenas, os efeitos dessa destruição não interessam aos latifundiários. Afinal, povos indígenas, assim como negros, são, para eles, povos inferiores, portadores de uma “raça” que é naturalmente subjugada. Notamos que a cor da pele exerce grande influência nas hierarquias sociais atuais, esta que é herdeira de tempos coloniais (Mignolo, 2017).

tradição e serve para caracterizar culturas particulares numa área geográfica determinada." (ATAÍDES, 1998, p. 15)

A degeneração da imagem dos povos originários foi a esteira criada para o avanço da invasão e destruição das áreas que deveriam ser destinadas a esses nativos. Assim, grandes corporações puderam se aproveitar dessas incongruências, lucrando nas extensões territoriais do Cerrado. Tomemos o exemplo da TI Sangradouro/Volta Grande, no Estado do Mato Grosso. Sua extensão ainda está preservada, mas trata-se de um ecossistema ilhado por pastagens e áreas de cultivo de soja. Em análise da água de Primavera do Leste, município próximo à TI Sangradouro/Volta Grande, foram encontrados elementos ligados ao surgimento de defeitos congênitos, câncer e distúrbios endócrinos, efeitos indiretos dos processos do agronegócio (Junior; Silva, 2021).

Desse modo, nesse trabalho faremos com que marxismo e decolonialismo dialoguem, buscando aliar o pragmatismo da primeira corrente teórica à crítica social da segunda. O enfoque recai sobre os povos originários cerratenses e suas lutas contra processos capitalistas que os colocam em constante insegurança. Essa será nossa lente para averiguar as relações capitalistas em territórios indígenas.

2 MARCO TEÓRICO

A discussão que busca fazer dialogar o marxismo e decolonialismo não é recente, dado que alguns intelectuais já a realizaram, com maestria. Profícuo debate pode ser encontrado na tese de doutoramento de Jórissa Aguiar (2017), intitulada *Entre a subalternidade e o socialismo indoamericano: existe um pensamento marxista decolonial?*

Entendemos decolonialismo como uma corrente teórica que surgiu do debate e crítica aos processos de dominação política, cultural e social forçosamente colocados pelos ditos países centrais, em especial países europeus. Colonialidade, por sua vez, é o fantasma dessa dominação colonial que ainda persiste nas sociedades contemporâneas, formando o que Quijano (2005, p. 122) chama de “Estados independentes e sociedades coloniais”.

O decolonialismo, em uma linha de pensamento levemente oblíqua ao pós-colonialismo, busca compreender a situação específica da América Latina. Por isso, a tendência a não utilização de teorias e autores europeus, buscando romper com as etimologias dos países centrais. Não pretendo retirar a validade dessa forma de pensar, porém, agindo

desse modo, perdem-se oportunidades teóricas que de outro modo seriam úteis para a missão decolonial, que não é puramente teórica, mas também prática.

O marxismo não é destinado apenas à análise de sociedades europeias, busca investigar o capital e suas relações de produção de forma totalizante, daí a possibilidade de transposição ao cenário latino-americano. Foi o que José Carlos Mariátegui realizou ao investigar a realidade peruana sob um viés marxista, problematizando as questões indígenas e latifundiárias daquele país a partir da propriedade privada da terra (Mariátegui, 2002). Há vestígios decoloniais no pensamento de Mariátegui, que chegou a postular que uma segunda independência ocorreria quando o colonialismo fosse suprimido do Peru (Aguiar, 2018).

Outro pensador marxista que se aproxima das discussões decoloniais é Antonio Gramsci, com seu conceito de hegemonia popular, similar à estrutura da Matriz Colonial de Poder apresentada por Walter Dignolo (Aguiar, 2017). Intelectuais que souberam aliar marxismo à ideias similares às decoloniais foram os sociólogos Maria Elvira Concheiro Borqueza, José Guadalupe Gandarilla e Ruy Mauro Marini.

O marxismo, feito suas devidas críticas, pode ser válido na análise das sociedades latino-americanas. A taxativa de que se trata de uma teoria eurocêntrica invalida as preocupações de Engels e Marx com a expansão territorial e o processo globalizador do capital, em uma dinâmica que inferioriza países periféricos (Marx; Engels, 2008). Buscavam, em verdade, uma história universal, unindo proletariados de diversas nações do mundo em busca de sua libertação (Marx; Engels, 1999, p. 48).

3 CONCLUSÕES

Diante do exposto, é preciso refletir sobre a situação dos povos originários de forma pragmática, já que as situações opressoras capitalistas ocorrem de forma constante e rápida. A simples crítica pela crítica torna-se supérflua, e por isso evocamos a perspectiva teórica marxista nessa análise.

Nossa sociedade, política e ciência estão colonizadas, servem de receptáculo para interesses capitalistas nos territórios cerratenses, afetando aqueles que têm direito ancestral sobre essa região. É evidente o crescimento das narrativas que privilegiam e postulam a valorização do Cerrado e povos indígenas, sendo disseminado em diversos locais, como

universidades, ONGs, instituições e mesmo empresas (Chaveiro, 2020). No entanto, é também evidente a continuidade do teatro macabro que ceifa vidas indígenas e destrói esse bioma.

Marx e Engels preocupavam-se com a educação de massas, pois viam no proletariado o germe da revolução. Somente com a conscientização da sociedade é que vislumbraremos horizontes menos turbulentos. É preciso solapar a velha estrutura de poder herdada dos tempos coloniais. No momento em que os subjugados perceberem sua condição, vislumbrarem e se valerem da práxis, conheceremos então um novo sistema político, este, desvinculado dos velhos padrões eurocêntricos e colonialistas.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, Jórisa Danilla N. Por um marxismo decolonial: contribuições para a reflexão sociológica contemporânea. **Revista Observatório Latinoamericano y Caribeño**. N. 2, 2018, p. 59–78. Disponível em: <<https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/observatoriolatinoamericano/article/view/2784>>. Acesso em: 09 set. 2023.

ATAÍDES, Jézus Marcos de. **Sob o signo da violência, colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central**. Goiânia: Ed. UCG, 1998.

BARBOSA, Altair Sales. Tópicos para construção da ocupação pré-histórica do Cerrado. **ComCiência**, Campinas, n. 105, 2009. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542009000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**. Brasília: Solo, 1994.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Habitar, ocupar e povoar: os primeiros habitantes e povoadores de Goiás. In: OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; COSTA, Thalles Murilo Vaz (orgs.). **Goiás +300: reflexão e ressignificação. História**. Goiânia: Edições Goiás +300, 2022.

MARIÁTEGUI, José Carlos. El problema del índio. In: ALMEIDA; Luiz Sávio de; GALINDO, Marcos. **Índios do Nordeste: temas e problemas 3**. Maceió: EDUFAL, 2002. p. 27-31.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Fonte digital: Ed. Ridendo Castigat Mores, 1999.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MIGNOLO, W. D.. Colonialidade: O Lado Mais Escuro Da Modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 10 set. 2023.

MORIN, Edgar. **Saberes locais e saberes globais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: <[Repositório de Informação Acessível: Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina (ufrn.br)](<https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1661>)>. Acesso em: 13 jul. 2023.

NOVOS OLHARES PARA A MEDIEVALÍSTICA: UMA HISTÓRIA GLOBAL ALÉM DO EUROCENTRISMO

Ederson Vasconcelos

RESUMO

Na contemporaneidade, tem se desenvolvido uma corrente historiográfica denominada de História Global, idealizada, principalmente, por historiadores como Sebastian Conrad, Robert Moore, Lynn Hunt, Diego Olstein. Estes pesquisadores apresentam como escopo de análise as sociedades posteriores à Revolução Industrial. Como justificativa para a presente comunicação, buscamos debater com os medievalistas Janet L. Abu-Lughod, Geraldine Heng, Erik Hermans, Naomi Standen, Catherine Holmes, Cláudia Bovo, Marcelo Cândido da Silva, Bruno Tadeu Salles e Aline Dias da Silveira a possibilidade de pensar a Idade Média através da perspectiva global. No presente, comunicação visamos apresentar a possibilidade de pensar o medievo fora de uma concepção tradicional europeia, através da História Global. Como justificativa para esta comunicação, buscamos pensar como sociedades antes da Revolução Industrial podem ser compreendidas através deste escopo de análise. Desta forma, as questões basilares para este trabalho são: como, através da História Global, podemos pensar as sociedades pré-modernas? Qual a colaboração da História Global para a medievalística contemporânea? Qual a intenção de se produzir uma historiografia medieval através do Sul Global?

Palavras-Chaves: História Global; Historiografia; Medievalismo Global.

1 INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, a Idade Média é uma baliza temporal, que remete à História do continente Europeu, tendo como marco temporais a queda do Império Romano do Ocidente, no século V, da era comum, e se estendendo até o século XV, com a conquista de Constantinopla: Império Romano do Oriente, pelos Turcos-Otomanos. No entanto, podemos perceber, como o próprio recorte histórico prova, é que esta temporalidade visa compreender os fatos, heróis, e grandes acontecimentos Europeus. “Naturalmente, que toda e qualquer periodização conduz uma série de dificuldades no sentido de evidenciar processos de rupturas e continuidades de [...]. No entanto, a definição genérica de 500-1500 mantém identificações, quando muito, com parte da História da Europa” (FÉO, 2022, p.34-35). Para a medievalista

Cláudia Regina Bovo (2017), “a periodização da Idade Média surge como uma categoria temporal exclusivamente europeia, de origem seiscentista, cimentada em referenciais de linearidade e progressão evolutiva da história que explicavam a consolidação atlântica das monarquias cristãs europeias”.

Todavia, este recorte temporal do período medieval, muitas vezes, não leva em consideração outros continentes, como a África e a Ásia, mas, mesmo assim, a Europa não se encontrava isolada durante o período medieval. Historiadores como Henri Pirenne, Michael Borgolte, Aline Dias da Silveira buscam debater tais conexões no contexto medieval. Para Pirenne (2010, p.275), é fundamental entender o Mar Mediterrâneo e as relações entre a África e Ásia para assim podermos compreender a Idade Média. Borgolte entende que, durante o período medieval, coexistiam os três continentes conectados, e é através destas relações que se desenvolveu o medievo, ou seja, a Europa não se encontrava isolada de vossos continentes vizinhos⁸.

Silveira demonstra estas conexões entre os continentes ao analisar as contribuições de distintas sociedades, principalmente, judeus, cristão e muçumanos para o desenvolvimento da obra de Alfonso X. Segundo a medievalista, “através das rotas de comércio que ligavam a China à Península Ibérica e à África, desde a Antiguidade, possibilitando o trânsito de textos que reuniam cálculos matemáticos e astronômicos à e à filosofia” (SILVEIRA, 2019, p. 609). Ou seja, como os dizeres da historiadora, podemos perceber tanto a circulação comercial, quanto a do conhecimento acontecendo entre Ásia, Europa e África.

Através deste panorama geral, podemos perceber que o mundo medieval europeu, não se encontrava isolado. Diferentemente da própria tese desenvolvida por Henri Pirenne, ao apresentar o isolamento do mar Mediterrâneo e da Europa, após o desenvolvimento e a expansão do desenvolvimento do Islamismo, outra observação importante que podemos destacar é que ao desenvolver a tese acerca do mar Mediterrâneo, o historiador vai romper com o desenvolvimento das análises nacionais, uma vez que o seu agente histórico passa a ser o Mediterrâneo e não as Histórias nacionais.

Posteriormente, temos Fernand Braudel que também vai adotar o mesmo mar como agente histórico, e passa a olhar também para os mundos “além da Europa”. Ou seja, ao trazermos este novo olhar da História Global para o mundo medieval, abrem-nos infinitas possibilidades de análise e desenvolvimento da Medievalística, rompendo, principalmente, com os paradigmas europeus enraizados na historiografia contemporânea. “A presença do

⁸ LOUD, Graham; STAUB, Martial (ed.). **The Making of Medieval History**. New York: York Medieval Press, 2017. (p.70-71)

medieval nos lembra que a temporalidade é sempre plural, que o passado nunca é totalmente passado: afinal, ‘tornar visível essa disjunção é aquilo que os passados subalternos nos permitem fazer’” (Chakrabarty, 2005, p.225). Com os olhares de Conrad e de Chakrabarty, é possível compreender que, independente do contexto histórico, as sociedades não se encontram isoladas, e isto serve também para a compreensão do período medieval, desta maneira, é de suma importância buscar entender estas relações e conexões de diferentes localidades.

2 METODOLOGIA

A metodologia que visamos utilizar no presente trabalho é um campo historiográfico em desenvolvimento, denominado de História Global, no qual, buscamos debater como este campo pode ser fundamental para o desenvolvimento da Medievalística na contemporaneidade. *“la historia global como perspectiva arroja más luz sobre determinadas dimensiones de la experiencia esclava, a la vez que tiende a prestar menos atención a otras”* (CONRAD, PEGAR O ANO, p.17). Sendo assim, buscamos compreender as possibilidades de elaboração de uma História Medieval Global, e como ela pode contribuir para um novo olhar acerca da Idade Média, cujo o objetivo principal é romper principalmente com as narrativas eurocêntricas referente ao período medieval, assim, também, como a reinterpretação de conceitos tradicionais, dentre eles, Feudalismo, Cruzadas, Reconquista, entre outros, tendo como objetivo apresentar novas possibilidades de compreensão da História Medieval.

A História Global é um ramo da historiografia que vem se desenvolvendo muito nas últimas décadas. Tendo como objetivo repensar e reorganizar a História como ciência, buscando, principalmente, evitar o nacionalismo e o eurocentrismo / ocidentalismo na esfera metodológica e epistemologia, pensamos também em de transpor o limite de uma interpretação acerca da História Europeia, que foi possível se desenvolver distintas chaves de leituras para a compreensão histórica. Não temos uma definição específica do que é História Global, pois ela congrega diferentes pesquisas e possibilidades, e ainda é um estudo que está em desenvolvimento. Apresentando como limite, a dificuldade de encontrar historiografia consolidada que aborde esta perspectiva.

Desta forma, não temos somente um modelo unitário e uniforme de se fazer uma História Global. Os historiadores Cláudia Regia Bovo e Adrien Bayard defendem que “a chamada Global History aparece em diversas ramificações, as quais, ao se construírem

enquanto abordagem historiográfica, colocam à prova os melhores meios para sua realização” (BOVO; BAYARD, 2020, p.11). Como nos apresenta Bovo e Bayard, podemos perceber que a História Global pode estar presente nas mais variadas linhas e possibilidade de estudos, neste sentido, “a História Global é uma perspectiva historiográfica que busca um olhar mais amplo e complexo, abrangendo diversas metodologias. Sobre seu campo, podemos falar que ele é vasto, com diferentes fases e desdobramento” (SILVEIRA, 2019, p.214).

Como nos apresentou Aline Dias da Silveira, a História Global busca expor uma visão holísticas sobre os fatos históricos, nas quais, no âmbito historiográfico, podemos entender que estas novas estruturas nos proporciona uma vasta possibilidade de interpretação, como diferentes chaves de leituras que, até então, não foram exploradas. Neste sentido, podemos pensar como o historiador Diego Olstein (2015), ao compreender que os alicerces da História Global tem como tese os “4Cês”: conectar, comparar, conceituar e contextualizar.

Com esta estrutura e parâmetro de pesquisa defendido por Olstein, é possível perceber que podemos utilizar da História Global em diferentes aspectos de análises. Visando, principalmente, reinterpretar com os paradigmas enraizados na historiografia ocidental, questionamos conceitos, recortes temporais, pensar diferentes períodos históricos sobre óticas distintas que ainda não foram exploradas pela historiografia. No entanto, esta linha de pesquisa vem se desenvolvendo principalmente nos Estados Unidos, Brasil, Índia, China, em alguns países da Europa. Desta maneira, esta corrente historiográfica em desenvolvimento tem como principal combustível romper com a História tradicional. No entanto, o seu escopo motriz é questionar, reavaliar, reinterpretar a História tradicional eurocêntrica / Ocidental e Nacionalista.

“A chamada história global não tem definição unânime. Há, porém, algumas características claras, sobretudo, a ideia de pensar a história para além das fronteiras nacionais e também a necessidade de se “provincializar” o Ocidente” (Santos Júnior & Sochaczewski, 2017, p. 483). É através dos objetivos que a História Global visa repensar uma História fora do escopo de análise tradicional, e que podemos perceber a importância de se fazer uma História Global da Idade Média, pois a baliza temporal denominada *medieval* foi estruturada e pensada em dísticos contextos para o desenvolvimento de um sentimento nacional.

A história moderna nasceu no século XX, concebida e desenvolvida com um instrumento do nacionalismo europeu. Sendo assim, a história das nações europeias foi um grande sucesso, mas transformou nossa compreensão do passado em um depósito de lixo tóxico impregnando do nacionalismo

étnico, que penetrou fundo na consciência popular. A limpeza desse lixo é mais intimidante dos desafios enfrentados atualmente pelos historiadores (Geary, 2005, p.27).

Tomando como norte o fragilmente de Patrick Geary, percebemos que a História como ciência, teve como alicerces centrais o eurocentrismo e o nacionalismo, que, hoje, na contemporaneidade, são perspectivas ultrapassadas. Ou seja, a elaboração da história é embasada em perspectivas eurocêntricas, que apresenta uma superioridade do ocidente em relação ao oriente. Visando a contrição de uma identidade nacional, estes são os principais objetivos da História tradicional. Não obstante, a Idade Média não ficou isenta destas leituras epistemologias que Geary irá denominar de “lixo tóxico”, e tais utilizações do passado medieval estão alojados na mentalidade das pessoas, como mostro o perito no assunto: “a História Nacional é estreitamente dependendo do Estado como mecanismo de espacialização social, tanto no que se refere à definição de fronteiras quanto por meio do processo de socialização” (Silva, 2020, p.9).

A História Global se enquadra nestes novos problemas referentes à produção de uma História Nacional, que busca romper, e reinterpretar contextos, conceitos, e novos olhares epistemológicos e metodológicos como a História Comparada, o Decolonial, os estereótipos de oriente e ocidente, tendo como objetivo principal um novo olhar sobre a História como ciência. Desta forma, podemos entender que há uma grande gama de possibilidade e de temas que buscam uma história muito além dos limites nacionais. Além disso, temos diversas correntes interpretativas que estão tentando se desvincular da visão ocidental eurocêntricas.

“O mais importante é superar o nacionalismo metodológico, assim como as abordagens exclusivamente eurocêntricas/ ocidentais. Para tanto, são necessários diversos cuidados metodológicos, desde a escolha do recorte espacial e temporal até o acesso a fontes”(Santos Júnior & Sochaczewski, 2017, p. 499). Sendo assim, a História Global busca compreender diversas perspectivas culturais, religiosas, estruturais, ambientais, territoriais entre outras, que através dessas diversidades e posicionamentos que apresentamos no decorrer deste ensaio, concluímos que é fundamental pensar, debater e pesquisar a História Global, para só, assim, podermos repensar, reescrever e indagar a História Tradicional e transpassar os paradigmas nacionalistas, eurocêntricos e ocidentais.

3 CONCLUSÃO

Após demonstrarmos este novo campo historiográfico, pensado pela História Global, podemos perceber a importância de canalizar estas forças para pensar o período Medieval, visando, principalmente, reinterpretar a Medievalística tradicional que quem o intuito de dar atenção principalmente para o nacionalismo, pois, segundo o autor LE GOFF (2001, p. 21), “o historiador não pode ser um sedentário, um burocrata da história, deve ser um andarilho fiel a seu dever de exploração e de aventura”. Melhor dizendo, como ele nos aponta, o historiador, em seu ofício, deve estar sempre atento a novas abordagens e compreensões do passado. Desta forma, podemos perceber a motivação de um novo olhar para o Período Medieval.

Sendo assim, estamos vivendo o desenvolvimento da edificação da História Global da Idade Média, e, ainda temos poucos trabalhos como este enfoque no ceio da Medievalística. Tais obras vêm sendo produzidas, principalmente, por medievalistas distantes dos centros europeus, tendo assim, a possibilidade de se estruturar uma História fora do sentimento tóxico nacionalista, uma vez que não estamos no velho continente, e, desta maneira, buscamos dialogar como diferentes agentes históricos, pensando outras balizas temporais, relações entre distintas religiões, localidades, relações socioeconômicas, aspectos e interações bélicas. Mesmo dialogando com a historiografia tradicional nos medievalistas fora da Europa, buscamos contribuir para uma nova releitura sobre os conceitos que, até o momento, vem sendo embasado em uma História Nacionalista.

Neste sentido, podemos citar, aqui, alguns trabalhos que abordam este novo olhar da História Global da Idade Média, como por exemplo, *The Military orders, the Muslim World, and the Dilemmas of Conviviality* (2022) de Bruno Tadeu Salles. Neste trabalho, o historiador vai buscar compreender a história conectada para o desenvolvimento de um novo olhar para os estudos das Cruzadas e como a convivência entre cristãos, muçulmanos e mongóis influenciaram nas estruturas das ordens militares. Já adentrando em um campo cultural e intelectual, podemos destacar os últimos trabalhos de Aline Dias da Silveira: *História Global da Idade Média: Estudos e propostas epistemológicas* (2021) e *Imago mundi: consciência de globalidade e consmografia medieval* (2022). Nestas obras, a medievalista vai abordar as conexões entre Judeus, Cristãos e Muçulmanos na Península Ibérica durante a Idade Média e como esta localidade, devido à presença das três cultuaras monoteístas, se interlaçavam, desenvolvendo assim, uma cultura única Ibérica embasada tanto em elementos cristãos, quanto judaicos e islâmicos.

Através destes exemplos, podemos perceber como a História Global da Idade Média pode contribuir para a Medievalística uma vez que, através dela, podemos pensar distintas possibilidades, passando por estudos que iram agregar diferentes possibilidades, podendo tangenciar um vasto escopo de análises, que podem compreender as conexões bélicas, tais como relações sociais, econômicas, culturais de diferentes localidades, assim como elaborações de balizas temporais específicas de cada localidade, indo além de uma visão geral tipicamente europeia.

Sendo assim, podemos perceber que a História Global da Idade Média não é um modismo metodológico. Este novo ramo historiográfico visa romper principalmente com as compreensões de uma História Nacional, eurocêntrica e ocidental. Neste sentido, visamos repensar as balizas temporais, os conceitos historiográficos, e o método de se fazer e pensar a História, buscando assim, os entrelaçamentos entre sociedades, e, também a busca de uma percepção holística das narrativas históricas. Ou seja, através da História Global da Idade Média, será possível desenvolver uma Medievalística caleidoscópica estruturada em conexões, entrelaçamentos e olhares distintos para conceitos e narrativas históricas.

Desta forma, podemos perceber a contribuição de se fazer uma história fora dos grandes centros europeus; mesmos para historiadores de localidades que não se teve uma Idade Média. Uma vez que “o bom historiador se parece com o ogro da lenda, onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (BLOCH, 2001, p.54). Ou seja, qualquer vestígio humano pode ser investigado pelos historiadores, mesmo que estes vestígios não façam parte de sua nacionalidade. Como isso, fica evidente que o propósito dos historiadores que se embasam na História Global não é destruir o que já foi desenvolvido pela historiografia tradicional, mas, sim apresentar um novo olhar, debatendo com percepções e compreensões até então ignoradas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CONRAD, Sebastian. **O que é História Global?** Lisboa: Edições 70, 2019.

CHAKRABARTY, Dipesh. História de minorias, passados subalternos. In: SANCHES, Maria Ribeiro (org). **Deslocalizar a Europa: Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, p. 209-230, 2005.

BOVO, Cláudia Regina. El tempo em cuestión: ubicar la Edad Media em la actualidad. **Revista Chilena de Estudios Medievales**, Santiago, n. 11, p. 134-155, enero/junio 2017. Disponível em: <http://revistas.ugm.cl/index.php/rcem/article/view/120>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BOVO, Cláudia Regina; BAYARD, Adrien. Histórias conectadas da Idade Média: abordagens globais antes de 1600. **Esboços: Histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 27, p. 10-16, Não é um mês valido! 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5940/594064383003/html/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FÉO, Caio de Amorim. **Por que esse Raio terrível caiu sobre Nós vindo do extremo norte?: Uma História Global das incursões Vikings (Séculos VIII – X)**. 2022. 247f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

LE GOFF, JACQUES. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LOUD, Graham; STAUB, Martial (ed.). **The Making of Medieval History**. New York: York Medieval Press, 2017.

PIRENNE, Henri. **Maomé e Carlos Magno: o impacto do islão sobre a civilização europeia**. Rio de Janeiro: Puc - Rio, 2010.

GEARY, Patrick. **O Mito das Nações: a invenção do nacionalismo**. São Paulo: Conrad Livros, 2005.

CAMINHO BRASILEIRO SANTIAGO DE COMPOSTELA: UM ESTUDO INICIAL

Raisa Sagredo

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Núcleo Interdisciplinar de Estudos Medievais/Meridianum
raisawsagredo@gmail.com

RESUMO

Promulgado pela prefeitura no fim do ano de 2022 na cidade de Florianópolis, o Caminho Brasileiro Santiago de Compostela inaugura uma rota de turismo religioso cristão, paradoxalmente, na chamada Ilha da Magia, permeada por bruxas e seres fantásticos no folclore nativo. São 21 quilômetros que complementam o trecho ibérico de A Coruña, percorrendo praias, ruas e trilhas na mata. Através do aporte teórico de transculturalidade (Silveira, 2019) e de usos do passado, e metodologicamente dialogando a historiografia acerca de São Tiago, com uma pesquisa de campo percorrendo o Caminho Brasileiro, objetiva-se compreender de que forma os elementos medievais compostelanos são ressignificados nesta nova rota, bem como qual é a dinâmica dos elementos culturais ilhéus com o Caminho ibérico. Desta forma, este estudo inicial busca problematizar a recente criação do primeiro trecho do Caminho compostelano no continente americano, atentando para as diferentes releituras do apóstolo Tiago, as toponímias e os elementos nativos que se entrelaçam na caminhada.

Palavras-chave: Caminho Brasileiro Santiago de Compostela; Ilha da Magia; Transculturalidade; Usos do passado.

1 INTRODUÇÃO

Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, é nacionalmente conhecida pela alcunha de Ilha da Magia, apelido dado na década de 1980⁹ aliando interesses políticos, econômicos e do setor do Turismo ao substrato folclórico ilhéu habitado por bruxas, boitatás, lobisomens e outros seres não humanos. Esse universo mítico se faz presente na contemporaneidade da cidade através das toponímias do relevo, nas benzedeadas que conduzem ritos contra embruxamentos em práticas híbridas, na oralidade dos nativos, nas manifestações culturais da região e nas celebrações de Catolicismo popular. Nesta ilha marcada por magia, bruxaria e diversidade cultural, inaugurou-se o Caminho Brasileiro Santiago de Compostela, uma experiência pioneira nas Américas (Becker, 2019, p.7), com o intuito de complementar o trecho de A Coruña, na Espanha, unindo-se ao circuito

⁹ Sobre o surgimento do epíteto Ilha da Magia para Florianópolis e seu contexto, ver: MICHELMANN, Alan. MICHELMANN, Alan Cristhian. **Franklin Cascaes, a divulgação turística de Florianópolis e a invenção da "Ilha da magia"**. TCC (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

internacional de peregrinação da Península Ibérica. Idealizado pelos jornalistas e peregrinos Fábio Tucci Farah e Mariana Mansur em 2017, o Caminho Brasileiro foi, no ano de 2022, sancionado na legislação pela prefeitura da cidade. A construção de uma rota cristã de turismo religioso localizada na Ilha da Magia suscita muitas questões relativas à dinâmica de elementos culturais e religiosos que passam a se entrelaçar neste novo espaço geográfico.

A partir da criação desse espaço que passa por ressignificações, o objetivo proposto nesta pesquisa é fazer um levantamento inicial de dados e elementos constituintes dessa nova rota de turismo religioso, contextualizando sua recente construção, a fim de embasar futuros estudos, sem perder de vista o desdobramento e impactos desse espaço em termos simbólicos e materiais. Esta pesquisa inicial, em processo de desenvolvimento, tem caráter colaborativo e é uma pesquisa coletiva levada a cabo por membros do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Medievais – Meridianum –, laboratório vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Vale destacar que em Abril de 2023, a historiadora Renata de Sousa Nascimento foi escolhida como representante brasileira junto ao *Comité Internacional de Expertos del Camino de Santiago (Xunta de Galicia)*¹⁰, e em Agosto do mesmo ano, realizou-se uma caminhada histórico-cultural no Caminho Brasileiro Santiago de Compostela, uma parceria entre os laboratórios Meridianum e Sacralidades Medievais.¹¹

O Caminho Brasileiro foi desenvolvido por Tucci e Mansur em parceria com a ACACSC – Associação Catarinense dos Amigos de Santiago de Compostela –, sendo reconhecido pela Catedral de Santiago de Compostela e oficialmente integrado ao Caminho de Santiago europeu como parte complementar do Caminho Inglês. Assim, os 21 quilômetros do Caminho Brasileiro complementam os 80 quilômetros da rota mencionada, totalizando então os 100 quilômetros necessários para a obtenção do certificado de peregrinação, *la Compostela*. A ACACSC foi a responsável por traçar e sinalizar o trajeto (Becker, 2019, p.7), que conta com placas trabalhadas nas cores azul e amarelo, contendo o símbolo da concha, aos moldes do caminho original, sinalização organizada e abundante, possibilitando que os caminhantes não necessitem de guia para a realização do trajeto. Tal qual o trajeto europeu, a ACACSC disponibiliza credenciais aos peregrinos, reconhecidas pela Sé de Compostela na

¹⁰ Disponível em:

<https://reia.sri.ufg.br/n/171346-professora-dra-renata-nascimento-ufj-coordenadora-academica-reia-sri-ufg-e-eleita-a-representante-brasileira-do-caminho-de-santiago-na-espanha?atr=pt-BR&locale=pt-BR>. Acesso em 05 Maio de 2023.

¹¹ A atividade contou com a participação da ACACSC e das medievalistas Dra. Aline Dias da Silveira (UFSC), Dra. Renata Nascimento (UFJ/UEG/PUC-Goiás) e Dra. Marcella L. Guimarães (UFPR).

Espanha, carimbadas assinalando as igrejas pelas quais os peregrinos passaram, certificando assim a passagem pelo trajeto.¹²

O aporte teórico-metodológico, aliado à pesquisa de campo percorrendo os 21 quilômetros do Caminho Brasileiro, revelaram uma diversidade de elementos, fruto de uma recriação de nuances transnacionais e multiculturais em solo brasileiro, como será intentado demonstrar. É interessante observar que, concomitantemente, em torno do Caminho de Compostela europeu, também há um entrelaçamento de temporalidades, configuradas em diferentes ressignificações referentes ao próprio protagonista do Caminho, São Tiago.¹³

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na contemporaneidade, chama a atenção o caráter universalista que a rota do Caminho de Compostela na Europa adquiriu em seus contornos nos últimos tempos – como é possível perceber em seus sites oficiais –, bem como em outras rotas pelo Brasil que foram inspiradas no *modus operandi* compostelano.¹⁴ Tal caráter trouxe inúmeras reflexões, inclusive interdisciplinares, a fim de situar a nova construção do Caminho em solo catarinense, de forma a dialogar a religiosidade e o turismo. Alguns conceitos tornaram-se conceitos-chave para tecer as relações entre os elementos ibéricos e ilhéus, como turismo religioso, transculturalidade, História Global e usos do passado.

Primeiramente, percebeu-se uma multiplicidade do fenômeno da peregrinação, onde não há sobreposição entre religiosidade e turismo, e sim um diálogo. Assim, a peregrinação torna-se algo novo, “(...) um espaço ritual capaz de acomodar significados e práticas (...). O que confere à peregrinação ou ao templo um caráter essencialmente universalista, seria sua capacidade de absorver e refletir uma multiplicidade de discursos (...)” (Eade & Sallnow, 1991, p. 15). A categoria de turismo religioso demonstrou-se imprescindível na investigação. Como explicado por Sandra de Sá Carneiro:

¹² Detalhes sobre as credenciais em: <https://amigosdocaminho.com.br/credencial/>.

¹³ Historicamente ligado à narrativa lendária do apóstolo Tiago, seus milagres e elementos do fantástico, o Caminho de Santiago de Compostela na Península Ibérica possui raízes no século IX, onde começaram a circular narrativas de evangelização em torno do apóstolo Tiago Maior, em *Hispania*, a partir da suposta descoberta de seus restos mortais pelo ermitão Pelágio ou Pelaio (Rui, 2003).

¹⁴ Segundo pesquisa de Sandra de Sá Carneiro (2004), as rotas de turismo religioso no Brasil inspiradas de alguma forma em Compostela são: o Caminho da Luz - rota do século XVIII, entre Rio de Janeiro e Espírito Santo (2001); o Caminho das Missões Jesuíticas nos Sete Povos das Missões Orientais (2001); o Caminho do Sol: interior de São Paulo (2002); o Caminho Passos de Anchieta no Espírito Santo; e o Caminho da Fé entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais (2003).

Estamos diante de experiências rituais que no sentido “mais tradicional” poderiam ser denominadas de peregrinações, mas que no contexto atual de uma sociedade moderna (brasileira), se constituem em pólos de atração de pessoas, justamente por assumirem também, em sua expressão, um aspecto turístico e de lazer (...). Neste sentido, ao invés de entender o universo ou mundo do turismo como separado (exterior) ao universo ou mundo da peregrinação (...), procuro compreender o diálogo e as possíveis tensões entre estes dois campos, como a emergência de uma expressão moderna de “peregrinação”, que estou chamando de turismo religioso. Estamos assim, diante de uma área polissêmica, espaços transformados em atrativos turísticos e/ou sacralizados” (2004, p. 93).

Após analisar a historiografia acerca da figura de São Tiago e suas ressignificações como mito político, um esforço em legitimar a terra onde supostamente repousavam os restos mortais de um dos apóstolos mais próximos a Cristo tinha fins ideológicos e políticos (RUI, 2003), em um contexto onde, no século IX, a maior parte do território da Península Ibérica era de domínio muçulmano. É neste contexto que São Tiago, na figura de um apóstolo e evangelizador, transforma-se, dando espaço para a identidade de um cavaleiro: *Santiago Matamoros*, utilizado para além de usos religiosos, com fins políticos durante a chamada pela historiografia de Reconquista. Um pouco depois, durante o violento processo de colonização da América, o *caballero* foi novamente utilizado, desta vez, contra um novo inimigo a ser combatido: os povos originários, como analisa o referido autor.

Ressignificações e temporalidades que se mesclam em torno da figura de São Tiago convidam a uma interpretação transcultural e global do Caminho. Além da própria Península Ibérica, que na análise de Aline Dias da Silveira, apresentou entrelaçamentos transculturais em sua formação por cristãos, judeus e muçulmanos, a transculturalidade nos permite tecer um outro olhar para a formação do próprio Caminho Brasileiro, com origens não em um medievo europeu estático e eurocentrado, mas marcado por circulações, relações, e diferentes territorialidades – a final, o imaginário acerca de São Tiago atravessou o Atlântico em contexto colonial – de violência e opressão – muito antes da criação do Caminho no Brasil. Como explicado por ela, entrelaçamentos transculturais “é um conceito desenvolvido a partir da medievalística alemã nas últimas décadas, a partir de obras de historiadores pós-coloniais (...). Pode ser definido como o movimento de enredamento e fusão cultural, que constitui o tecido histórico por uma perspectiva mais complexa” (Silveira, 2019, p. 15). Já a globalidade é percebida através da conexão entre elementos da Idade Média, Modernidade e da contemporaneidade. E vale ressaltar, uma Idade Média cada vez mais aberta, global e de(s)cononial, em construção na historiografia contemporânea. O caráter universalista adquirido pelo Caminho na Europa igualmente encaixa-se em uma perspectiva global, que além da proposta de transcender uma experiência Católica, engloba pautas como inclusão e

autoconhecimento para a experiência do peregrinar. Por último, o fato de termos diversas criações de Caminhos inspirados em Compostela nos últimos anos na própria América Latina é outro indício dessa quebra de fronteiras e novas conexões.¹⁵

Atendendo a essa complexidade, um último conceito se faz necessário para perceber essa dinâmica de temporalidades e ressignificações: a categoria de usos do passado. A partir dela, compreende-se que o foco dos usos (neo)medievais de diversos elementos na contemporaneidade tem uma relação visceral com o tempo presente, respondendo então a perguntas e angústias da nossa sociedade. Nessa perspectiva, usos do passado nos auxiliam a analisar como, por exemplo, uma rota de peregrinação com origens no século IX adquiriu diferentes sentidos atualmente, incorporando o universalismo e propostas de autoconhecimento unindo espiritualidade, natureza e cultura, tanto em solo europeu como em solo brasileiro.

3 METODOLOGIA

A fim de compreender a complexidade referente a essa nova rota de peregrinação cristã contemporânea de origens simbólicas medievais, atentamo-nos para o substrato cultural manifestado tanto dentro do Caminho Brasileiro – ou seja, como parte constitutiva do mesmo – como em seu entorno, onde elementos do folclore e da cultura ilhéus se fizeram presentes de diversas formas. Os estudos sobre a temática do folclore ilhéu possuem como referência as pesquisas do folclorista, ceramista e professor Franklin Cascaes (1908-1983), um pesquisador nostálgico frente ao progresso avassalador da Modernidade (Flores, 2021, p. 12). Diversos de seus contos estão na coletânea *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina* (1946- 1975), fonte escolhida para esta pesquisa. Além de Cascaes, utilizou-se o trabalho icônico da antropóloga Sônia Maluf (1989), esclarecedor das complexas relações de poder e gênero entre bruxas, benzedadeiras e pescadores nas crenças nativas.

A partir dessas manifestações culturais, identificamos os seguintes elementos a serem postos em diálogo com o substrato do Caminho da Península Ibérica: a pesca artesanal; diversas toponímias do relevo referentes ao universo bruxólico de Florianópolis dentro do trajeto do Caminho – como a Trilha do Morro das Feiticeiras, a Caverna da Feiticeira, a Caverna da Encantada; o Morro do Rapa – que é importante parte do Caminho e que é mencionado em um dos contos de Cascaes como sendo a morada de uma bruxa chamada

¹⁵ Nos últimos anos, várias rotas inspiradas em Compostela surgiram na América Latina, com diferentes propostas, como por exemplo o Camino de Santiago de Buenos Aires; Caminho Gaúcho de Santiago; o Caminho Iniciático de Santiago de Compostela, no Paraná (ainda em construção); e o Camino Mexicano de Santiago.

Irineia; além do Caminho de Santiago de Compostela ter sido, curiosamente, mencionado pelo folclorista em três contos.

A pesca – importante ofício tradicional da Ilha – foi percebida pelos idealizadores do Caminho Brasileiro como um elo entre o apóstolo Tiago e Florianópolis. A primeira das identidades de São Tiago, enquanto pescador na região da Galileia, é parte integrante dos vários quilômetros de caminhada pelas praias onde é possível, em qualquer época do ano, ver a atividade da pesca, as embarcações dentro ou fora dos ranchos e as redes de pesca. Segundo eles, “Os barcos de pesca que permeiam a nova rota recordam o ofício mundano do apóstolo e de seus companheiros (...). Enquanto as belezas naturais encham os olhos (...) o horizonte lembra que a viagem prossegue do outro lado do mundo” (Mansur & Tucci *apud* Becker, 2019, p. 13).

Paradoxalmente, os pescadores são, na Ilha da Magia, antagonistas das bruxas, tanto na oralidade como na obra de Cascaes, as bruxas aparecem como perturbadoras dos pescadores, dando nós em suas redes e depredando ou roubando embarcações. Como explica Maluf (1989, p. 195): “De um lado, a bruxa representa uma ameaça à identidade e ao poder feminino, relacionado aos espaços domésticos (...). De outro lado, a bruxa aparece como uma ameaça à identidade masculina e desperta nos homens um sentimento de medo” (Maluf, 1989, p. 195).

As toponímias dentro e ao redor do Caminho igualmente revelam essa presença marcante de um universo fantástico como parte integrada da cidade, presente em sua geografia. Rodeada por muita mata, há a Trilha do Morro das Feiticeiras, que consiste em uma leve caminhada de 45 minutos. Escondida nessa trilha, encontra-se a pouco conhecida Caverna das Feiticeiras, chamada também de Toca da Feiticeira e Gruta da Feiticeira. A caverna possui um grande salão denominado Caverna do Rei II, sendo também conhecida por esse nome (Tomazolli et al., 2012, p. 79-80).

Já as localidades que trazem memórias e presenças ausentes, mesmo sem carregar o fantástico em seu nome, convidam a uma reflexão acerca dos lugares de memória, permeados por permanências, rupturas e resistências (Assman, 2021). Este é o caso do Morro do Rapa. Integrando o trajeto do Caminho Brasileiro, a Trilha do Morro do Rapa liga a Praia da Lagoinha à Praia Brava, consiste em 2.800 metros em mata fechada e é considerada o trecho mais difícil do Caminho. No conto *Madame bruxólica e o sacipererê* (1975), Cascaes descreve que nessa trilha ocorreu um encontro bruxólico – o sabá das bruxas contendo a figura condutora do Diabo e as bruxas como suas servidoras (Ginzburg, 1991) –, sendo o Morro do Rapa também a morada de uma bruxa, chamada Irineia, tendo sido o cenário do

vôo da bruxa Irinéia, que sobrevoou o céu montada em um gato preto, onde o autor traz suas críticas ao progresso – prédios, aviões e tecnologia – Cascaes, 2015, p. 221-223).¹⁶

Por fim, sobre a presença de Santiago de Compostela na escrita de Cascaes, vale ressaltar que o Caminho de Santiago europeu possui como analogia a Via-Láctea (Guimarães, 2020). Logo, Cascaes percorreu um caminho inverso ao da pesquisa empírica que partiu do Caminho para os registros do folclore: nesse caso, a própria literatura partiu de Santiago para o mundo fantástico. Segundo a antropóloga Sandra de Sá Carneiro, uma das principais forças de atração do Caminho de Santiago, reside em:

[...] sua permanente "recriação" e "reinvenção", capaz de incorporar a diversidade do campo católico e mesmo de ressignificá-lo como também de responder a outras demandas "religiosas" ou não, de diferentes agentes e instituições, que o transformaram no símbolo máximo da comunhão entre diferentes culturas, ao longo de sua história. O que lhe confere uma abrangência transnacional e multicultural (Carneiro, 2003).

4 CONCLUSÕES

A pesquisa de campo permitiu que fossem identificadas múltiplas temporalidades, elementos populares e do folclore local que perpassam esse caminho, percorrido por quilômetros de asfalto, pelas belíssimas praias de Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ponta das Canas, Praia da Lagoinha, Praia Brava e Praia dos Ingleses; passando por 4 igrejas – Paróquia Nossa Sra. de Guadalupe, Igreja de São Pedro, Igreja Nossa Sra. dos Navegantes, e Santuário do Sagrado Coração de Jesus –; e trilhando trajetos mais desafiadores para os caminhantes – na Trilha do Morro das Feiticeiras e na Trilha do Morro do Rapa –. Esses lugares, pontuados e explicados, guardam nas toponímias e nos lugares de memória, todo esse substrato do fantástico.

A transculturalidade se faz presente nas temporalidades que perpassam a figura de Santiago – de pescador a apóstolo, passando a ser um violento *caballero* em favor de seus fiéis na Reconquista e na colonização da América. Medieval, Modernidade e Contemporaneidade se mesclam. Como vimos, em suas obras, Cascaes reproduziu muitos nuances dos elementos que constituíram as bruxas na Modernidade. No entanto, esse substrato desenvolveu-se não como cópia da Europa, mas sim como adaptação a uma nova realidade, onde percebe-se nos registros orais e em Cascaes um estrato profundo (explicado anteriormente e que remete à Modernidade) e que é “a base simbólica para a produção de

¹⁶ Cascaes utilizava o folclore local para tecer críticas às mudanças advindas com o progresso e a Modernidade na Ilha de Santa Catarina (Flores, 2021).

imagem e fronteiras sociais que está expresso nos relatos de Sônia Maluf” (Reghin, 2018, p. 74). Ou seja, a configuração do folclore em torno das bruxas em Florianópolis não é uma cópia da bruxaria diabólica da Primeira Modernidade, e sim uma construção única, fruto das interações sociais e culturais dessa localidade, algo original, que vem a integrar o Caminho Brasileiro de Santiago.

Buscando identificar alguma mudança que a cidade tenha apresentado em função da nova rota de turismo religioso, um fato destacou-se: o apagamento das placas da Trilha do Morro das Feiticeiras, que tornou-as ilegíveis, fruto da ação das intempéries como sol e chuva. Tal apagamento é revelador da relação das políticas públicas da cidade com relação a seu patrimônio histórico imaterial. Os lugares de memória, mesmo os nas toponímias da Ilha, que evocam as bruxas do folclore, são exemplos de presenças ausentes, onde o conhecimento se faz necessário para recordar. Logo, as discussões iniciais tecidas até aqui convidam-nos a refletir sobre a importância da manutenção dessas memórias e coexistência entre os elementos nativos e os elementos ibéricos, para que a teia transcultural seja capaz de sustentar tanta diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução: Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BECKER, Maria Ligia Knabben. **Caminho Brasileiro Santiago de Compostela: um caminho na Ilha da Magia**. Florianópolis, SC: 2019.

CASCAES, Franklin. **O Fantástico na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

CARNEIRO, Sandra M. C. de Sá. Novas Peregrinações Brasileiras e suas Interfaces com o Turismo. **Ciências Sociais e Religião**, ano 6, n. 6, Porto Alegre: Associação de Cientistas Sociais da Religião do Mercosul, p. 71-100, 2004.

FLORES, Bernadete R. Franklin Joaquim Cascaes: do desejo de saber à representação do ser. **Saeculum – Revista de História**. [v. 26, n. 44]. João Pessoa, p. 10-29, jan./jun. 2021.

GUIMARÃES, Selma Sueli Santos. Caminho de ‘São Tiago’ ou ‘Via Láctea’: por onde passam as escolhas lexicais no atlas linguístico do Paraná? **Scripta**, Belo Horizonte, v. 24, n. 50, p. 283-307, 2020.

GINZBURG, Carlo. **História noturna: decifrando o sabá**. São Paulo: Scwarcz Ltda, 1991.

MALUF, Sônia Weidner. **Encontros perigosos: análise antropológica de narrativas sobre bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição**. Dissertação de Mestrado em Antropologia.

Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 1989.

MICHELMANN, Alan Cristhian. **Franklin Cascaes, a divulgação turística de Florianópolis e a invenção da "Ilha da magia"**. TCC (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

Referências Bibliográficas

O PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO E AS FONTES SOBRE UMA CAPITANIA DE MINAS NA AMÉRICA PORTUGUESA: POSSIBILIDADES DE PESQUISA

Simone Cristina Schmaltz de Rezende e Silva
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)
simoneschmaltz@gmail.com

RESUMO

As reflexões realizadas pela historiografia contemporânea evidenciam a importância da pesquisa como elemento fundamental para a escrita da história, ao mostrarem o quanto se diversificou o campo de possibilidades para o trabalho do historiador. Esta comunicação objetiva apresentar o Projeto Resgate Barão do Rio Branco, gestado no final do século XX pelo governo brasileiro, a partir do recorte temporal referente à sua primeira etapa, implementada nos fundos dos documentos manuscritos avulsos referentes à América Portuguesa no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Dentre os objetivos pode-se citar o de conhecer a metodologia do projeto, suas primeiras atividades referentes à identificação, seleção, organização e elaboração de instrumentos de pesquisa. A partir destas informações, busca-se verticalizar para a documentação manuscrita avulsa do século XVIII sobre a Capitania de Goiás encontrada no acervo. A análise de tal arcabouço documental pode trazer possibilidades interessantes de pesquisa, em especial sobre a temática da História Política identificando, na documentação, as estruturas e os espaços de poder existentes e buscando compreender como foram estabelecidos e como funcionavam em uma capitania de minas.

Palavras-chave: América Portuguesa; Capitania de Goiás; Projeto Resgate; Arquivo Histórico Ultramarino; Nova História Política.

1 O PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO

No Brasil do século XIX, a partir da Independência, surge o desejo de pensar e escrever uma História nacional. A Criação em 1838 do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro veio ao encontro desse desejo, momento em que pesquisadores mapearam e identificaram diversos acervos sobre o país espalhados pelo mundo.

Além das pesquisas realizadas, o governo brasileiro, através do diálogo e da diplomacia, já no século XX, celebrou, em 1966, o Acordo Cultural Brasil-Portugal, que teve desdobramentos importantes, como a constituição do núcleo do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado por ocasião das comemorações do V Centenário da chegada dos portugueses à América. O Projeto Resgate Barão do Rio Branco surge como desdobramento de discussões

realizadas na Conferência Geral de Paris realizada em 1974, momento em que refletiram sobre a possibilidade de transferência documental entre as nações que possuíram histórias em comum. Posteriormente, em 1997, foi assinado o Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem que, apesar de não garantir a repatriação da documentação da era colonial, permitiu sua microfilmagem.

Na primeira fase do Projeto Resgate, foi organizado e microfilmado acervo documental referente ao Brasil Colonial presente, entre outros países de tradição cultural comum, em Portugal, com destaque para o recolhido no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Posteriormente foram elaborados instrumentos para facilitar a pesquisa acadêmica. À partir de 2017, por meio da parceria entre a UNESCO e o Ministério da Cultura, a Fundação Biblioteca Nacional tornou-se curadora da documentação.

2 O PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO: ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA REFERENTES AO ACERVO DE GOIÁS – SÉCULOS XVIII E XIX.

Em Goiás, na década de 1990, a Sociedade Goiana de Cultura -SGC, recebeu convite para participar do projeto e contou com a colaboração do Banco de Boston para o financiamento de pessoal para ir até Portugal/Lisboa realizar as atividades de identificação e organização do acervo. A SGC, mantenedora da então Universidade Católica de Goiás, por intermédio do IPEHBC – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, à época sob a direção do professor José Mendonça Teles, designou os historiadores Antônio César Caldas Pinheiro, funcionário do IPEHBC e Juciene Ricarte Apolinário, pesquisadora, que em 1997 partem para terras lusas. As atividades foram realizadas no Arquivo Histórico Ultramarino - AHU, em Lisboa, palacete do século XVII, local onde o acervo encontrava-se recolhido e que permanece com a guarda da documentação original.

Conforme afirma Pinheiro, foram catalogados 2.950 documentos (entre documentos principais e apensados), com datas-limite de 1731 a 1822. Os originais foram acondicionados em 56 caixas-arquivo e permaneceram no AHU. Toda a documentação foi microfilmada, gravada em CD's ROOM, e cópias foram disponibilizadas para o Brasil. Pinheiro afirma que a documentação trata sobre diversos temas, “principalmente a respeito da organização administrativa, econômica e militar; distribuição de terras, conflitos de jurisdição civil e eclesiástica, limites da capitania, guerra e redução indígenas, produção aurífera”. (CATÁLOGO, 2001, p. 15)

Após o trabalho de organização, foram elaborados pelas equipes catálogos de cada capitania, importante instrumento de pesquisa, (em muitos casos, houve parcerias entre as equipes). O Catálogo de Verbetes dos documentos Manuscritos avulsos existentes do AHU é um instrumento rico, na medida em que traz um resumo (verbeta) de cada documento (principal) catalogado, bem como informa a existência ou não de documentação anexa. Possui um inventário resumido das caixas-arquivo onde está guardada a documentação original, a lista dos 54 rolos de microfilmes. A obra também contém uma iconografia composta por 25 imagens entre mapas, pinturas e desenhos, índices Toponímico (localidades), Antroponímico (pessoas) e Ideográfico (assuntos), além de listas dos Reis de Portugal (até 1910), Vice-Reis do Brasil (1808) e Governadores de Goiás (desde quando pertencente à Capitania de São Paulo – 1721-1822). Por fim, contém 09 tabelas das estruturas administrativas de Portugal, elaboradas por Antônio César, fundamentais para o entendimento da distribuição do poder luso.

3 A DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA AVULSA DO SÉCULO XVIII SOBRE A CAPITANIA DE GOIÁS E AS POSSIBILIDADES DE PESQUISA ADVINDAS DOS RESULTADOS DO PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO

As fontes históricas, de acordo com Barros (2019), estão situadas no cerne da Metodologia da História. No caso da documentação manuscrita setecentista, é importante pontuar como um acervo composto por documentos oficiais pode ser analisado sob diversas perspectivas. A chamada história-problema, amplia os horizontes do saber histórico por não pretender realizar uma análise do passado que seja definitiva. Conforme afirma Le Goff (1990), é essa possibilidade de chegar a um passado já estudado com outro olhar, outra perspectiva e novos problemas a serem tratados que torna o ofício do historiador instigante por conter um sem-número de caminhos a serem trilhados.

É nesse contexto que surge a denominada nova história política. A história política escrita no século XIX trouxe para o século subsequente a sensação de que a política seria uma narrativa fragmentada, meramente descritiva, conjuntural, acrítica, o que foi um prato cheio para as críticas realizadas pelos *Annales*. Repensar o papel da política na história fez com que a própria França realizasse uma renovação da história política, renovação esta que encontra fôlego principalmente na década de 1980, seguindo na perspectiva de que ela estaria inserida globalmente, como mais um ponto de vista a ser trabalhado. De acordo com o historiador René Rémond,

Estudar a história do político é estar convencido de que o político existe por si mesmo, professar que ele tem uma consistência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta. O historiador nem por isso crê que o político mantenha todo o resto sob sua dependência. Seria ingênuo acreditar que o político escape das determinações externas, das pressões, das solicitações de todo tipo (Rémond, 1996, p.443)

Dentre os assuntos contidos na documentação do Projeto Resgate referente à Goiás, temos um vasto conjunto de documentos que versam sobre a vida política e administrativa da Capitania de Goiás. Composta em sua maioria por correspondências entre a Coroa e a administração goiana, os manuscritos evidenciam uma cotidiana comunicação entre os representantes régios da capitania e a realeza.

A documentação evidencia as formas de comunicação entre a capitania e a metrópole, desde os agentes da administração às pessoas da comunidade. Problemas, soluções (e silenciamentos) para as demandas cotidianas são identificadas nas cartas e processos. A documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino possibilitou a identificação dos grupos existentes na capitania, além da análise de seus papéis na esfera governamental como atores do processo de instalação e prática da centralização política lusitana na região.

Ao se trabalhar com o século XVIII e sobre uma região que vivia a primeira fase de sua estruturação administrativa própria, leva-se em conta a mentalidade colonial dos habitantes, e, por via de consequência, o significado que o governo e a administração possuíam para eles. Conforme afirma Hespanha (1984), pode-se perceber na América portuguesa, práticas centralizadoras da monarquia desde o século XVII, visando o controle da atividade mineradora. O despotismo previa a modernização do Estado sem a perda do poder pelo soberano e no século XVIII pôde-se perceber uma maior centralização do poder exercido na colônia pela metrópole lusitana. A centralização política existente na América portuguesa pode ser vista claramente na personificação do funcionário da administração como a extensão da figura do rei na colônia, como podemos observar no documento a seguir que nomeia o futuro Conde dos Arcos, D. Marcos como líder da recém-criada Capitania de Goiás:

Tendo consideração as qualidades, merecimentos e serviços que concorrem na pessoa de D. Marcos de Noronha, e a que dará inteira satisfação a tudo o que lhe for encarregado: Hey por bem nomeallo Governador, e Capitão General da Capitania do Goyás por tempo de tres annos. O Cons.^o Ultramarino o tenha assim entendido e lhe mandará passar os despachos necessários. Lisboa vinte e seis de Julho de mil setecentos, e quarenta e oito (Decreto real, Doc. 374)

Desta maneira, a descentralização administrativa serviu como estratégia para a centralização do poder real, na medida em que são ampliados os “olhos e ouvidos do rei” na colônia.

Assim a documentação disponível pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco possibilitou e possibilita, em seu vasto acervo, ampliar o conhecimento a respeito da América Portuguesa, seja no tocante à proposição de novos objetos, de novos problemas ou ainda de novas perspectivas.

FONTE DOCUMENTAL

Decreto de 26 de julho de 1748, do rei D. João V, nomeando D. Marcos José de Noronha e Brito Governador e Capitão-General da Capitania de Goiás. Doc. n.º 374, de 26 de julho de 1748. CD-ROM 1(Arquivo Histórico Ultramarino).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ. Vozes, 2019.

CATÁLOGO de verbetes dos documentos manuscritos avulsos da Capitania de Goiás: existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa - Portugal. Coord. José M. Teles/Colab. Antônio C. C. Pinheiro/Juciene R. Apolinário. Brasília: Ministério da Cultura; Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura, Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil-Central, 2001.

HESPAÑA, Antônio Manuel (Dir.) **Poder e instituições na Europa do antigo regime**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.